



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

RAQUEL DA SILVA SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A
SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS NO
DISTRITO FEDERAL**

Brasília – DF

2023

RAQUEL DA SILVA SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A
SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS NO
DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Sociologia

Professor Orientador: Professora doutora do
Departamento de Sociologia e Núcleo dos Direitos
Humanos da UnB, Christiane Machado Coelho.

Brasília – DF

2023

RAQUEL DA SILVA SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A
SITUAÇÃO DE ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS NO
DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Christiane Machado Coelho
Orientador(a)

Prof. Dr. Marcelo Pinheiro Cigales
Membro

Aprovado em:

Brasília, 28 de Julho de 2023

DEDICATÓRIA

Dedico essa Monografia em primeiro lugar à Deus e todos os meus guias espirituais, que me encaminharam para e por esse momento. Dedico à minha mãe Luciana, por todas as noites acordadas comigo enquanto escrevia a Monografia, pelo apoio e incentivo em todos os momentos difíceis, ao meu pai Mozaniel que batalhou muito para me oferecer as melhores oportunidades para chegar onde eu queria e sempre me incentivar e apoiar durante a produção da Monografia, quero agradecer a minha irmã Bruna, por ter mostrado o caminho que eu deveria seguir, me ajudar nessa caminhada e por acreditar e me incentivar à produzir o meu melhor, espero um dia ser metade da mulher que você é. Dedico esse trabalho também a minha avó Maria da Solidade e in memoriam do meu avô Agnelo Gomes que torceram desde o início dos meus estudos, acompanharam e comemoraram minha entrada na UnB e com certeza meu avô estaria extremamente feliz nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente minha orientadora Christiane Machado Coelho, obrigada pela paciência, preocupação e empenho em me orientar em cada etapa da Monografia mesmo diante de imensas adversidades. Agradeço minha irmã Bruna, pelo empenho em ajudar na divulgação da pesquisa, procurar voluntários e me apoiar em momentos de confusão e descrédito que seria capaz. Agradeço à todos os amigos que me deram apoio emocional em momentos difíceis e de ansiedade com a pesquisa. Agradeço ao projeto de extensão Ciências Sociais nas Escolas (CiSO) pela experiência em licenciatura e o financiamento do projeto licenciaturas em ação e ao financiamento da FAP- DF durante as pesquisas realizadas na FCE UnB, trazendo o aspecto sociológico e de políticas públicas nos projetos de pessoas que vivem com HIV, transplantados e motociclistas, trazendo assim mudanças na realidade de vida dessas pessoas.

“A justiça tem que sempre se questionar, assim como a sociedade só pode existir pelo trabalho que faz sobre si mesma e sobre suas instituições.” (Michel Foucault)

RESUMO

A presente Monografia teve como estudo e pesquisa a situação dos adolescentes em medida socioeducativa, o principal ponto de análise foi a realização de entrevistas presenciais com adolescentes e trabalhadores do sistema, tendo o objetivo de entender seu processo de socialização e sociabilidade violenta através de análise de discurso e quantificação de dados qualitativos, e dessa forma entender o estigma e as representações sociais dessa população, para assim se mostrar nos resultados como o estigma e as representações sociais barram a iniciativa de políticas públicas e a forma como se enxerga esses jovens de maneira desumanizada e com descrédito de sua ressocialização e possibilidade de mudança. Os resultados mostraram uma realidade de vulnerabilidade dos jovens, histórico de abuso e pais dependentes químicos ou presidiários, de forma que esse processo de vivência em meio a tantas vulnerabilidades moldou sua entrada no sistema socioeducativo e por último a importância de se pensar em políticas públicas que evitem a criminalidade juvenil e a necessidade de políticas preventivas para que não cheguem ao sistema socioeducativo e que possibilitem melhores oportunidades de vida e de ressocialização para esta juventude.

Palavras-chave: sociabilidade violenta, socialização, representações sociais, estigma, jovens em conflito com a lei

ABSTRACT

The present Monograph had as a study and research the situation of adolescents in socio-educational measures, the main point of analysis was conducting face-to-face interviews with adolescents and system workers, with the objective of understanding their process of socialization and violent sociability through discourse analysis and quantification of qualitative data, and thus understanding the stigma and social representations of this population, in order to show in the results how the stigma and social representations bar the initiative of public policies and the way in which these young people are seen in a dehumanized way and with discredit of their rehabilitation and possibility of change. The results showed a reality of vulnerability of young people, a history of abuse and drug-dependent parents or prisoners, so that this process of living amid so many vulnerabilities shaped their entry into the socio-educational system and, finally, the importance of thinking about public policies that avoid juvenile crime and the need for preventive policies so that they do not reach the socio-educational system and that allow better opportunities for life and resocialization for this youth.

Keywords: violent sociability, socialization, social representations, stigma, young people in conflict with the law

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO.....	13
Capítulo 1 . HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA NO BRASIL E NA EUROPA.....	14
Capítulo 2. SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE VIOLENTA	23
Capítulo 3. O ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM SOCIOEDUCANDO	28
Capítulo 4. A PESQUISA, SEUS RESULTADOS E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO....	35
Capítulo 5. POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	61
Considerações finais.....	64
REFERÊNCIAS	66
Apêndice A – Roteiro de Entrevistas	69
Apêndice B – Questionário	82
ANEXOS.....	91
Anexo A – Autorizações	91

LISTA DE ABREVIATURAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UNIRE – Unidade de Internação do Recanto das Emas

UNISS – Unidade de Internação da Saída Sistemática

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Intenção de estudos após o sistema socioeducativo

Figura 2 – Amigos que cometeram atos infracionais

Figura 3 – Composição familiar

Figura 4– Algum parente apresenta dependência com entorpecentes ou bebidas alcoólicas ?

Figura 5– Emoções em relação aos socioeducandos

Figura 6– Resposta ao questionamento “Para você, um adolescente em medida socioeducativa é igual a um presidiário ?”

Figura 7– Resposta ao questionamento “Você concorda com a redução da maioria penal ?”

Figura 8– Resposta ao questionamento “Para você um adolescente que comete um ato infracional hediondo deveria estar sujeito a pena de morte ? “

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Respostas dos entrevistados a respeito da rotina

Quadro 2 – Impressões a respeito do sistema socioeducativo

Quadro 3 – Respostas ao questionamento “Como você se sente após se adaptar ao sistema?”

Quadro 4 – Respostas ao questionamento Perspectivas para o futuro

Quadro 5 – Respostas ao questionamento relações sociais e sua relação com a criminalidade

Quadro 6 – Qual a profissão dos pais ?

Quadro 7 – Respostas ao questionamento “Você tem irmãos? Quantos moram com você?”

Quadro 8 – Respostas ao questionamento “Como você descreveria sua infância e suas vivências com seus pais durante o período anterior a internação?”

Quadro 9 – Respostas ao questionamento “O que te levou a cometer um ato infracional?”

Quadro 10 – Atos infracionais cometidos

Quadro 11 – Idade x Nível de escolaridade

Quadro 12– Respostas ao questionamento “Você utilizava entorpecentes, bebidas, cigarro, etc. durante sua adolescência?”

Quadro 13 – Como foi a abordagem policial quando foi cometido o ato infracional

Quadro 14 – Respostas ao questionamento “Você se sente estigmatizado pelas pessoas por estar no sistema socioeducativo? De que forma você observa isso?”

Quadro 15 – Sentimento dos trabalhadores em relação ao socioeducandos e sentimentos de afeto

Quadro 16 – Sentimento dos trabalhadores em relação ao seu trabalho no sistema socioeducativo

Quadro 17– O que leva os jovens a cometerem atos infracionais opinião dos trabalhadores

Quadro 18 – Respostas ao questionamento “Para você o que caracteriza um adolescente que comete um ato infracional?”

Quadro 19 – Respostas dos psicólogos e assistentes sociais

INTRODUÇÃO

A presente Monografia se consolidou com o objetivo de entender os impactos que os estigma e as representações sociais de jovens em medida socioeducativa tem sobre seus processos de socialização e sociabilidade violenta como condicionantes no cometimento de atos infracionais. O corpo da Monografia foi feito através de revisão bibliográfica da literatura e discussão sociológica da construção histórica e social da infância e da juventude no Brasil e na Europa, do processo de sociabilidade violenta e socialização, e o estigma e representações sociais desses jovens na sociedade. A Monografia se insere no entrecruzamento das linhas de pesquisa de Sociologia da Infância e Juventude, com a e Sociologia da Educação, a Sociologia da Violência e a Sociologia do Direito, com a finalidade de trazer um questionamento sobre o entrelaçamento destas áreas de pesquisa e sua contribuição social e sociológica.

A pesquisa foi realizada através de entrevistas obtidas através da aplicação de questionários eletrônicos com alguns trabalhadores do sistema socioeducativo e entrevistas semiestruturadas presenciais nas unidades de internação UNISS – Unidade de Internação da Saída Sistemática e UNIRE – Unidade de Internação do Recanto das Emas, com jovens e trabalhadores do sistema, para os jovens com o objetivo de identificar seu histórico familiar, sua sociabilidade, seus sentimentos antes e após entrar na unidade, os benefícios do sistema socioeducativo e suas faltas de políticas públicas para os internos após a saída do sistema.

Em relação à pesquisa realizada com os trabalhadores do sistema o foco foi analisar suas opiniões do que deve ser melhorado no sistema, políticas públicas necessárias ao sistema e após o período de internação. A metodologia utilizada para analisar os dados da pesquisa foi análise de conteúdo e quali-quantitativa, realizando uma análise quantitativa dos dados qualitativos obtidos na pesquisa.

A importância da pesquisa se dá em compor uma Monografia com valor simbólico e que desperte atenção para a causa dos adolescentes em medida socioeducativa, assunto pouco debatido e deixado de lado pelo estado em questão de políticas públicas, e se pensar em políticas públicas que evitem que os jovens vivenciem situação de criminalidade e que contribuam para que não reincidam após o período de internação, tendo assim melhores oportunidades de reinserção na sociedade.

Capítulo 1.

HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA NO BRASIL E NA EUROPA

Este capítulo pretende historicizar as categorias etárias que temos hoje na sociedade contemporânea, notadamente no que diz respeito à infância. Na era medieval o período da infância não era enxergado com sua devida importância, a infância era desconhecida e irrelevante, não por ser esquecida ou deixada de lado mas pela própria falta de consciência da infância e sua importância para o desenvolvimento infantil. Como conceitua Ariès (1978) o que distinguia um adulto de uma criança era apenas seu tamanho. As particularidades, necessidades, importância e necessidade de desenvolvimento infantil não era uma questão, ou sequer uma ideia, a era medieval não abria espaço para a criança e suas necessidades fundamentais.

As pinturas medievais que retratavam as crianças, não as descrevia fisicamente com suas características e feições específicas, e sim apenas diminuída em tamanho:

“Numa miniatura francesa do fim do século XI, as três crianças que São Nicolau ressuscita estão representadas numa escala mais reduzida que os adultos, sem nenhuma diferença de expressão ou de traços. O pintor não hesitava em dar à nudez das crianças, nos raríssimos casos em que era exposta”

(Ariès, p. 51).

Em passagens bíblicas as crianças são diminuídas a pequenos homens e não crianças de verdade. De acordo com Ariès (1978), as crianças não tinham suas particularidades representadas, e sim apresentadas como homens pequenos, o que demonstra a falta de visualização na idade medieval de consciência da infância. Os homens dos séculos X e XI desconheciam a realidade da infância, por sinal, não se pensava na existência do período da infância, não era objeto de interesse e atenção.

A infância era um mero período de transição que quando passado caía em esquecimento, ou seja, crianças não eram crianças, e sim adultos pequenos onde o processo de infância era transitório e esquecido.

O quadro de visualização da criança e suas características, começa a mudar com a imagem do “anjo”, um ser angelical e puro. As crianças após esse período recebiam o papel de fazer parte da igreja e aprender ensinamentos religiosos, eram jovens não em idade de 4 ou 5 anos, mas em idades mais avançadas. Tal mudança religiosa influenciou a arte de forma a representar anjos com aspectos até femininos, mais puros, angelicais, infantis. As crianças entravam para a igreja com o papel de servir o clero e aprender os ensinamentos religiosos, mas mal sabiam ler ou entender as escrituras cristãs, Tal mudança ocorre no século XIV com artistas como Botticelli por exemplo, dentre outros.

A representação infantil da criança após esse período, encontrou espaço na imagem do menino Jesus e da Maria mãe de Cristo, sua virgindade e pureza e seu papel de mãe cuidando do menino Jesus, tal mudança se adequa ao modelo de criança pregado pela imagem cristã. A expressão artística da imagem do menino Jesus começou a influenciar a imagem de infância e criança, mas não lhe garantiram os direitos fundamentais necessários ao período da infância.

Na fase gótica, a representação da criança aparece com um aspecto de nudez e assexuada, o foco era introduzir a imagem da criança entrando na alma, ou seja, a alma pura cristã em contato com a virgem ou a morte da alma com a saída da criança pela boca em obras de artes góticas. Com a concepção cristã a infância começa a ter um aspecto de sagrado, como “sagrada família” e sagrada pela imagem cristã da pureza do menino Jesus. Desde a entrada de concepção do jovem anjo angelical e puro, a idade média começa a passar por um processo de formação da infância sagrada cristã.

O foco na medida do tempo se deu na concepção cristã de Maria mãe de Cristo, as artes passavam pinturas de relações mãe e filho, do cuidado, do contato entre ambos. Logo a visão do menino Jesus deu espaço para a formação ritualística de passagem do nascimento da criança e sua entrega a mãe e seu cuidado de apresentar e reconhecer seu filho. Com o tempo as passagens de visualização da infância foram influenciadas por preceitos religiosos cristãos, da mãe com o filho, ou o filho sem mãe, mas reconhecendo a infância em seus preceitos bíblicos e representações artísticas dessa realidade cristã.

Não é possível deixar de notar uma junção do mundo da criança com o mundo adulto, a criança não tinha a separação moderna do mundo infantil e do mundo dos adultos, elas estavam em meio ao mundo adulto vivendo ao mesmo tempo e os mesmos momentos que os adultos, como festas, por exemplo. Hoje em dia entendemos a necessidade e importância da separação entre o mundo infantil e o mundo adulto.

Com a mortalidade infantil alta na idade média, a morte de uma criança não significava grande perda, apenas uma mortalidade esperada e sem mentalidade de sofrimento pelos pais, pois não eram vistas como crianças e sim adultos pequenos (Ariès, 1978). Não havia um apego com a criança por se considerar um acontecimento eventual, vários pais perdiam seus filhos crianças, mas não causava comoção ou sofrimento como na atualidade devido à questão demográfica da época, as crianças eram enterradas em quintais da própria casa, como animais na contemporaneidade.

De acordo com Ariès (1978), durante a história da infância, as crianças não tinham uma separação do mundo infantil e do mundo sexual dos adultos, falas, atitudes, e até toques em suas regiões íntimas eram corriqueiras e normais à época, hoje sabemos da importância de separar o sexual da criança, mas durante a era medieval não havia um pudor com as crianças e adolescentes, desconhecendo e não relevando a inocência e período da infância, as crianças estavam sujeitas a desrespeito de seus corpos.

A circuncisão, atitude de caráter religioso para os jovens meninos, era um costume da época, de forma que, antes da puberdade era natural tocar, brincar, olhar, mexer com os órgãos genitais masculinos e femininos.

Antes da reforma moral, atitudes sexuais com crianças como “brincadeiras” eram comuns, e a apresentação do mundo sexual às crianças era extremamente precoce. Mesmo após a mudança de casamento aos 14 anos para jovens meninos, as meninas continuaram a serem casadas entre os 12 e 13 anos. A falta de consciência da infância e de sua necessidade de cuidado eram totalmente ignorados. Como descreve Ariès:

Esse homem não apenas misturava sem repugnância as crianças a uma operação de natureza religiosa, é verdade, do órgão sexual masculino, mas também se permitia, com a consciência limpa e publicamente, gestos e contatos físicos que só passavam a ser proibidos quando a criança atingia a puberdade, ou seja, mundo praticamente dos adultos. Isso acontecia por duas razões. Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o

sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil - de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse”

(Ariès, p.132).

O autor anteriormente citado, nos mostra em seu livro *História Social da Criança e da Família* que o processo de entendimento e formação da infância passou por um período histórico e lento de transformação da criança e da família, muito influenciada pelos preceitos cristãos, artísticos etc. e pelas mudanças sociais de entendimento da importância do período da infância. A sociedade tradicional via a criança com maus olhos e de forma pior com os adolescentes, a infância era reduzida à um período passageiro e frágil de seus primeiros anos de vida, quando se tinha essa passagem concluída as crianças não tinham mais a necessidade de cuidado e zelo, a família antiga não tinha em seu caráter um sentido de passar afeto ou ensinamentos, seja religiosos ou educacional, tais questões ficavam a cargo da aprendizagem.

Após o crescimento da criança, logo se era separada dos pais, no século XVII a aprendizagem passou a ser cargo da educação, as escolas ensinariam o que hoje é a cargo dos pais. A escola torna-se uma ferramenta de transmissão de ensino e valores, onde não se dividia por série ou idade como na sociedade contemporânea. A separação da criança e do adulto foi o meio de educação, logo as crianças estavam enclausuradas como meio de educação e ensinamento. Logo se observa a falta da função de socialização primária da família, fator essencial na formação do indivíduo, pois é a família que lhe apresenta o mundo. Como descrito na citação:

“A. Besançon: “a criança não é apenas o traje, as brincadeiras, a escola, nem mesmo o sentimento de infância (...) ela é uma pessoa, um processo, uma história, que os psicólogos tentam restituir”, ou seja, um termo de comparação”

(Ariès, p.13).

O infanticídio era algo comum e visto de olhos fechados pela sociedade, ao contrário de hoje em dia em que o aborto é algo discutido de forma aberta, mas o infanticídio era abafado e realizado sem controle ou punição. Fato que começa a mudar no século XVII, onde o infanticídio sem punição é substituído pela punição e valorização da vida da criança. Como dito na citação de :

“O período que compreende a Idade Média até o início da Idade Moderna foi o chamado período Intermediário, influenciado pelo Cristianismo, que protege ao extremo a vida do recém-nascido. As mães que assassinavam seus filhos eram punidas com penas de extrema crueldade. Uma das penas que eram aplicadas era a do suplício do culeus, em que a mulher era colocada em um saco de couro e exposta a altas temperaturas para que fosse cozida viva. Havia também a pena da Constitutio Criminalis Carolina, promulgada por Carlos V, em 1532, que permitia que a infanticida pudesse ser empalada ou enterrada viva” (GUIDUCCI et al,2017, p.4, 1º parágrafo).

Fazendo um balanço geral sobre a construção da infância e a família na Europa, principalmente na França, inicialmente na idade média as crianças tinham sua vida misturada com a vida adulta, seus direitos fundamentais para a infância e seu processo de aprendizagem eram desconhecidos e negados. Na idade medieval a criança acompanhava o adulto mas ainda não tinha garantia de seus direitos, como descrito anteriormente.

Na modernidade, começa a organização social da família de forma mais estruturada, com preocupação com a educação e moralização da sociedade com grande influência da moral religiosa. A família passa a ter um aspecto moral na formação do indivíduo, ou seja, o sentimento moderno de família que identificava que a criança por si só não estava preparada para a vida, dessa forma o ensino prepararia as crianças e jovens. A escola e a família prepararam o processo de infância em uma separação entre a vida da criança da vida dos adultos

Com um maior reconhecimento da educação e sua importância, o ensino era reservado a crianças e jovens, essa nova preocupação com a educação seria o fio condutor para transformar não só as crianças e jovens, mas a sociedade em sentido do micro para o macro. O ensino era rigoroso e com papel até disciplinador da criança e do adolescente, nos séculos XVIII e XIX surgem os internatos, vale pensar na rigorosidade da época e se seu efeito era benéfico para as crianças e adolescentes, mas no processo de mudança e construção social da família e da criança foi de grande importância para se começar a educar e dar direitos aos jovens.

No contexto brasileiro histórico e social de construção da infância e adolescência, não foge muito a realidade europeia, havia uma ausência em relação a importância da infância e seu processo de aprendizagem na sociedade. É preciso tocar nas divergências entre crianças indígenas, escravizadas e filhas de colonos, pois a construção histórica do Brasil teve desdobramentos diferentes da Europa por motivo da colonização.

No Brasil colônia, o tratamento proporcionado às crianças indígenas e africanas escravizadas, abria margem para trabalho infantil, a sociedade não lhes enxergava além da raça e da colonialidade, muito menos como crianças e seu processo de infância, era amplamente comum o trabalho infantil para raças consideradas inferiores, desumanizando-se assim esse público de crianças no Brasil colônia (colocar referência).

No período colonial, com a difusão da consciência de infância e família na Europa, o processo civilizador utilizou dessa difusão para catequizar crianças indígenas, por serem crianças, se apropriando de um discurso catequizador e colonialista, eram mais fáceis de ensinar e utiliza-las para trabalho. Tal catequização cristã, desvalorizava e colocava de lado seus aspectos culturais e próprios étnicos, deixando de lado seu caráter indígena, as crianças catequizadas não recebiam ensino de acordo com suas particularidades, e sim a fim da colonização indígena, logo houve um processo de aculturação dessas crianças.

Na visão dos colonizadores, os aspectos culturais dos nativos representavam atraso, logo, a aculturação não era um simples papel de não respeitar seus aspectos étnicos, mas com um ideal civilizador e de utilização das crianças para a mão de obra.

Durante a expulsão da Companhia de Jesus, as crianças indígenas ficaram sem ensino e aprendizagem por anos, sem qualquer preocupação do estado com a infância e aprendizagem dessa população. Como apresenta Juliana Linhares:

Para os colonizadores, as comunidades que habitavam a terra, com todos os aspectos de sua cultura representavam atraso e, portanto, não havia necessidade de assistência e educação, fatos que contribuíram para a desumanização dos povos indígenas, desvalorização de suas tradições culturais e religiosas, justificadas, por exemplo, a escravidão e a ausência das escolas, mesmo as catequistas. A escola tornou-se restrita aos mais abastados. Com a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus, a educação dos nativos, ficou a deriva da sociedade por longos anos.

(Linhares, 2016, pp. 32-33).

As crianças escravizadas africanas, não tiveram direito a ensino nem a oportunidade de se viver a infância, assim que eram considerados capazes de trabalho manual, eram designados a trabalho compulsório nas colônias, não se via a criança escravizada com humanidade nem infância, e sim como mão de obra e meio de trabalho. A mortalidade infantil era altíssima, não se tratavam as doenças, não havia ensino, não havia nada para as crianças escravizadas, apenas

papel de escravidão, seus direitos fundamentais eram todos negados e sem importância. A separação maternal e paternal das crianças escravizadas eram rápidas e corriqueiras, não se tinha um seio familiar para crianças africanas, eram vendidos para outros senhores de escravos e separados de sua família assim que já se observava que poderiam desempenhar trabalho escravo. Assim como descreve Linhares:

“A separação de famílias escravas era constante, os nascidos geralmente eram vendidos, existindo poucos casos de nascidos que permaneceram no mesmo local junto a suas famílias. A venda das crianças, impedia a construção de laços familiares ou rompia os já existentes, além disso, o ciclo entre infância, adolescência e vida adulta era corrompido, não havia qualquer trato em relação a esta sistemática. A eles era designada uma única função, “serventia”, para o trabalho.”

(Linhares, 2016, p. 34).

Quando começavam a serem designados para o trabalho escravo, as crianças eram utilizadas na agricultura, trabalhos domésticos e comércio, não havia espaço para ser criança para aqueles escravizados, apenas o papel de exploração e escravidão. Não tinham acesso à educação, a família, dentre outros direitos fundamentais. A situação só teve uma mudança no período imperial brasileiro, com a criação da lei do ventre livre, onde os nascidos não poderiam ser escravizados, apenas aqueles maiores de 12 anos, tal mudança foi importante mas não garantiu educação, aprendizagem nem nada importante ao processo de desenvolvimento infantil das crianças não escravas após a lei do ventre livre, mas foi um marco importante pois não se tinham direitos nem importância para a sociedade.

Para as crianças menos abastadas a vida não era diferente, não havia uma construção de infância nem seu reconhecimento, as crianças encontravam caminho caso tivessem algum parente com condições abastadas e que lhe proporcionasse ensino ou caminhos para a aprendizagem, mas fora essa regra a saída das crianças pobres era mesmo ter que trabalhar para conseguir sobreviver.

Com o processo de urbanização e aumento populacional nas grandes cidades, aumentou-se gradativamente a violência e a criminalidade, a delinquência estava em alta, fato que chamou atenção para a infância e as crianças como causa da grande delinquência por falta de direitos fundamentais de ensino e aprendizagem. A saída para a delinquência foi colocar jovens que

cometeram atos infracionais em trabalho compulsório onde não deveriam continuar mais após os 17 anos de idade. Tal atitude mostra o despreparo e o desconhecimento da infância e do seu processo importante de desenvolvimento do indivíduo, as crianças foram punidas sem adequação e preparo para a situação da delinquência. Como apresenta Linhares:

“Percebemos que, não só a clausura era utilizada como punição para estas crianças, como posteriormente, o trabalho forçado foi utilizado como medida punitiva. Precisamos observar ainda, a distinção dos delitos cometidos com e sem discernimento para a aplicação da pena, demonstrando a incapacidade da sociedade naquele momento de identificar as diferentes idades da vida de uma pessoa. O início do século XX, foi marcado pela tentativa de disciplinar as crianças consideradas “perigosas” para a sociedade, tendo em vista a pobreza e a “vadiagem”, o que faziam com que andassem nas ruas causando medo. Não havia distinção de gênero nas penas imputadas, meninas e meninos seguiam os mesmos caminhos quando cometiam o mesmo delito. De fato, a educação não era vista como um mecanismo de controle social, apenas o trabalho era visto assim. Acreditava-se de forma generalizada, que o ócio deveria ser combatido com o trabalho, e coube a policia nas cidades, esta fiscalização. A constante vigilância de autoridades policiais, sobretudo aos espaços urbanos, transformou o comportamento dos frequentadores das ruas.

(Linhares, 2016, p.37).

Tal mudança na importância da infância e do processo de aprendizagem veio a mudar com a Constituição de 1988 e criação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, mas antes disso o processo foi longo para a consolidação dos direitos à educação e a infância em seu processo tão importante para a formação das crianças e jovens.

No Brasil a preocupação com a educação foi tardia, inicialmente a preocupação com a educação começou na década de 70, mas garantia educação para crianças entre 4 e 6 anos. Em 1974 foi criada a Coordenação de Educação pré-escolar, fato importante pois na década de 70 começava-se a fomentar uma política educacional pré-escolar e de 1º grau. Com a promulgação da Constituição de 1988 passou a ser papel do Estado garantir educação infantil, e fomentar e criar políticas públicas para a educação e reconhecimento do professor como legítimo à educação de crianças e adolescentes. Como aponta Linhares:

“Com a Constituição de 1988, foi assegurado às crianças e adolescentes um estatuto legal que garantiu alguns dos seus direitos, como proibição do trabalho e garantia de acesso e permanência à educação dentre outros. A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90 em 13 de Julho de 1990. Esta lei foi resultado da pressão dos movimentos sociais surgidos com a reabertura política brasileira da década de 1980, finalização da recessão política e econômica imposta pela Ditadura Militar. Os debates em torno da constituição ampliaram as discussões sobre as políticas para a Educação Infantil, que culminou com a promulgação do ECA. A promulgação do ECA significou um avanço considerável na conquista de direitos humanos. O estabelecimento de uma legislação que protegesse e amparasse crianças e adolescentes era algo inédito até então. A partir da promulgação do Estatuto, surgiram vários debates sobre a exploração e violência contra a criança em território nacional. O trabalho infantil foi o principal alvo das críticas e exigia uma rápida solução. A exploração do trabalho infantil, passou a ser visto como algo que precisava ser combatido através de políticas públicas que assegurassem o bem-estar das crianças brasileiras.

(Linhares, 2016, p. 43).

Com a criação e promulgação do ECA, além de solucionar questões como o trabalho infantil e mudança na questão da delinquência, como a criação do sistema socioeducativo, a educação teve um contraste em sua importância. Em 1996 dando continuidade aos preceitos do ECA e da importância do processo de infância e aprendizagem, o Ministério da Educação promulga a Emenda Constitucional de Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, o que levou a importância de se colocar a educação infantil como primordial para a educação básica, logo houve uma democratização da educação o que levou a se ver a criança como um ser social, importante e com necessidade de formação educacional e aprendizagem. Contudo vale ressaltar como a história social da infância e da juventude culminou numa representação social construída ao longo do tempo em um período não muito distante, principalmente no Brasil, em representações sociais que tem impacto nas condições de vida dessa população.

Capítulo 2.

SOCIALIZAÇÃO E SOCIABILIDADE VIOLENTA

O presente capítulo tem como finalidade discutir o processo de socialização e sociabilidade violenta que ocorre com alguns jovens e como esse processo de socialização e sociabilidade está condicionado à particularidades intrínsecas da sociedade como raça e classe de forma a ser condicionante no futuro do indivíduo na sociedade.

As socializações e a sociabilidades são processos fundamentais formadores do indivíduo e sua vida em sociedade, no que toca esses processos sociais, são formadores do entendimento do indivíduo pertencente a sociedade e seus valores, ideias, comportamentos, etc. todos nós passamos por esses processos que nos preparam para a vida em sociedade em sua funcionalidade normal.

Como teorizado por Durkheim (2007) em seu livro *Educação e Sociologia* a educação não seria um processo apenas do Estado e da escola, mas também da família, logo essa educação para o intelecto e o crescimento pessoal não partia apenas da escola, mas da família e seu papel socializador do indivíduo.

A socialização acaba por ser vista por Durkheim como uma das formas de educação, a educação também está ligada a tradição do que é passado de pai para filho, do adulto para a criança, logo o entendimento do ser em sociedade, está voltado a seu papel de construção anteriormente citado de formação sócio histórico da criança e da família.

A educação estaria sujeita aos processos históricos, políticos, regionais, etc. da sociedade para a sua própria construção, e a socialização realizada por aspectos importantes como a família, a escola e a religião. Como apresenta Durkheim sobre o processo de socialização:

“O resultado destes fatos é: que cada sociedade elabora um certo ideal do homem, ou seja, daquilo que ele deve ser tanto do ponto de vista intelectual quanto físico e moral; que este ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir de certo ponto ele se diferencia de acordo com os meios singulares que toda sociedade compreende em seu seio. É este ideal, único e diverso ao mesmo tempo, que é o polo da educação. Portanto, a função desta

última e suscitar na criança: 1) um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade a qual ela pertence exige de todos os seus membros; 2º) certos estados físicos e mentais que a grupo social específico (casta, classe, família, profissão) também considera como obrigatórios em todos aqueles que o formam. Assim, é o conjunto da sociedade e cada meio social específico que determinam este ideal que a educação realiza. A sociedade só pode viver se existir uma homogeneidade suficiente entre seus membros; a educação perpetua e fortalece esta homogeneidade gravando previamente na alma da criança as semelhanças essenciais exigidas pela vida coletiva. No entanto, por outro lado, qualquer cooperação seria impossível sem uma certa diversidade; a educação assegura a persistência desta necessária diversidade diversificando-se e especializando-se a si mesma”

(Durkheim, 2007, p. 52-53)

Assim como admite o caráter social da educação, no caso o processo de socialização, e como essa socialização molda o indivíduo de acordo com seus aspectos políticos, de classe, raça, gênero e etnia. O processo de socialização formador do indivíduo está condicionado à aspectos sociais da sociedade, o que molda o indivíduo, o ser social:

“A partir da definição precedente, pode-se concluir que a educação consiste em uma socialização metódica das novas gerações. Em cada um de nós, pode-se dizer, existem dois seres que, embora sejam inseparáveis – a não ser por abstração -, não deixam de ser distintos. Um é composto por todos os estados mentais que dizem respeito apenas à nós mesmos e acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é o sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Este conjunto forma o ser social. Constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação(...) com exceção de tendências vagas e incertas que podem ser atribuídas a hereditariedade, ao entrar na vida, a criança traz apenas a sua natureza de indivíduo. Portanto, a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tabula quase rasa sobre a qual ela deve construir novamente. É preciso que pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um

outro capaz de levar uma vida moral e social. Esta é a obra da educação, cuja grandeza podemos reconhecer. Ela não se limita a reforçar as tendências naturalmente marcantes do organismo individual, ou seja, desenvolver potencialidades ocultas que só estão esperando para serem reveladas. Ela cria um novo ser no homem.”

(Durkheim, 2007, p. 54-55)

Durkheim traduz com clareza a importância dos aspectos sociais na socialização e sociabilidade, e a formação do indivíduo como ser social através desses processos sociais de formação da criança até sua vida adulta. A socialização que se dá em famílias abastadas e com poderes e privilégios não será a mesma de famílias em vulnerabilidade social onde seus direitos fundamentais a cidadania como educação, lazer, cultura, segurança, alimentação, moradia, dentre outros direitos, estão em falta e carência na sociedade. Assim como aponta Souza (2019) onde o autor apresenta que famílias abastadas e de classe média alta investem na educação de qualidade aos seus filhos, fato que não ocorre em famílias de baixa renda, que iniciam a trabalhar muito cedo e acabam por resultar numa evasão escolar.

Assim como apresenta Peter Berger em *Perspectivas sociológicas*, o indivíduo está localizado em um mapa social, e esse mapa social abre espaço para onde ele estará em sua vida e o que pode se fazer dela, estar localizado na sociedade é uma intersecção de fatores sociais que determinarão a vida em sociedade (Berger, 2014). O controle social estaria para o indivíduo em sociedade como um coordenador de controle ao desvio seja a atitude desviante criminal, seja o desvio de condutas aprovadas socialmente, o indivíduo será definido por suas ações e terá uma reação da sociedade em relação ao seu comportamento. Dado a estratificação social e a divisão de classes, o mapa social enquadra o indivíduo em uma “caixa” onde se tem privilégios para aqueles de classes mais altas e de falta de direitos fundamentais para aqueles de classes sociais menos abastadas e vulneráveis.

O processo de socialização e sociabilidades na juventude não se apresenta de forma igual e de mesmas vivências para todos os jovens, na realidade, a ilusão dos anos dourados de juventude está atrelada à uma reprodução midiática burguesa, que traduz a juventude da classe média alta e mais privilegiadas. Para aqueles jovens que experimentam a socialização e a sociabilidade na periferia e de classes vulneráveis, o que vai compor sua juventude são experiências de evasão escolar, trabalhos exploratórios e de subjugação ainda na adolescência, de uma realidade onde se tem uma gama de faltas de políticas públicas e de direitos fundamentais negados. Tudo se resume a uma grande luta de sobrevivência na periferia e por

dignidade. Como será apresentado nos resultados da pesquisa mais a frente, os jovens em medida socioeducativa tiveram um processo de socialização e sociabilidade violenta completamente influenciadores em seu cometimento do ato infracional. Na sociedade capitalista e do consumo, as influências dos marcadores de classe, raça e gênero na socialização e sociabilidade são condicionantes no futuro dos jovens e da juventude que vivenciarão.

A sociabilidade violenta como um fenômeno socializador do crime nas periferias se dá através das influências sociais e dos grupos. O processo de sociabilidade é uma formação do indivíduo para fora da família, religião e escola, embora dada a criminalidade crescente nas escolas, pode ser também um fator catalizador da sociabilidade violenta dos jovens de periferia. Assim como conceituado por Luiz Machado da Silva:

“Assim é que, embora a violência urbana seja uma característica geral da configuração social das cidades brasileiras que abrange, portanto, todo o seu território, é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles. Os moradores destas áreas estão, mais diretamente submetidos à violência urbana e, portanto, merecem um comentário especial. Como toda a população urbana, eles articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem estatal e, paralelamente, da sociabilidade violenta. Quanto à primeira, eles têm se organizado em torno de variados projetos, individuais e coletivos, com diferentes graus de adesão. Pode-se dizer, assim, que estão ativamente engajados no entendimento de sua própria situação, independente da direção das práticas que este entendimento indica (as quais, como sabemos, variam muito no tempo e no espaço). Neste sentido, mesmo nos momentos mais autoritários de funcionamento do controle estatal sobre a organização de suas condutas, tem havido espaço para o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de formas de ação visando à obtenção de seus interesses. Mas quanto à adesão à sociabilidade violenta, ela se caracteriza antes como submissão que como subordinação, na medida em que este último termo implique a existência, em algum grau, da formação de condutas autônomas. Enraizada como um âmbito da vida cotidiana, ela não produz um distanciamento entre as fontes institucionalizadas de poder e as

rotinas cotidianas, reduzindo a limites mínimos a comunicação necessária à produção do entendimento da própria situação, que é a base da formação autônoma da conduta. A sociabilidade violenta, levando nestes locais o risco pessoal ao paroxismo, gera medo nos agentes sociais que continuam a se constituir de forma tal que não estão preparados para “abandonar-se” à violência como princípio (é por isto que eles constituem o estrato dominado). A conhecida “lei do silêncio” parece ser mais perniciosa do que normalmente se imagina: não se trata apenas do fechamento para os “de fora” das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a consequência mais perversa da implantação da sociabilidade violenta como ordem instituída. As populações que ela submete continuam, de certa maneira, a viver sua vida “normal”, organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da “outra parte” desta mesma normalidade cindida.”

(Silva, 2004, p. 77-78)

Dessa forma, a sociabilidade violenta que leva jovens a cometerem atos infracionais, se torna mais presente nas periferias e ambientes urbanos de vulnerabilidade social, a falta de políticas públicas que barrem a sociabilidade violenta nas periferias do Distrito Federal é algo necessário e que encontra-se em falta para os jovens para que dessa forma inibam a criminalidade na juventude e impeçam o futuro cometimento do ato infracional.

O processo de desafiliação ou “desidentidade social” apresentado por Castel (2005) nos mostra que com a globalização e a sociedade do consumo e automatização dos empregos levou famílias e pessoas empregadas à perderem seus empregos e não se identificarem na sociedade, pois estavam fora da sociedade do consumo e em vulnerabilidade social resultantes de diversos fatores diversos, assim , o conceito de vulnerabilidade social apresentado por Castel seria uma exclusão de espaços, da sociedade do consumo e da vida social como um todo dentre outras vulnerabilidades através de uma rede de privação de direitos. A vulnerabilidade social que assola os jovens que cometem atos infracionais está diretamente ligada à privação de direitos levantada por Castel (2005) em que a vulnerabilidade não afeta apenas os jovens mas a sociedade inteira em seu corpo social pois é a realidade das periferias uma exclusão socioespacial e de privação de direitos básicos à cidadania. Dessa forma as diferentes condições de redes de vulnerabilidades resulta numa influencia nas condições de construção das

juventudes, tendo assim juventudes diferentes de acordo com a influência da rede de vulnerabilidades.

Capítulo 3.

O ESTIGMA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO JOVEM SOCIOEDUCANDO

O presente capítulo tem por finalidade entender sociologicamente a teoria do estigma e das representações sociais, e como esses fenômenos sociais ocorrem na sociedade com jovens em medida socioeducativa, como a sociedade passa a enxergar o adolescente em conflito com a lei.

Partindo da conceituação de Moscovici (2005) sobre representações sociais, esse fenômeno social começa e tem por sentido como apresenta o autor, uma observação e definição de um grupo de indivíduos através de outros por meio da forma que elaborarão seus comportamentos e sua comunicação entre o indivíduo na sociedade, ou seja, é uma forma objetiva de observação e entendimento de um grupo por outros que basearão sua representação social de certo grupo, através das condutas, pensamento social e influência de outros para que se forme uma visualização de um grupo de uma forma específica pela sociedade. A teoria da representação social junta aspectos sociológicos, antropológicos, psicossociais e a relação entre o social e o indivíduo.

Como observa o autor em sua teoria da representação social:

“O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente; e o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós, ou mesmo, poder-se-ia dizer, sua indiferença com respeito a nós e as nossas necessidades e desejos (MOSCOVICI, 2005, p. 30).

Ou seja, para o autor, o processo das representações sociais é uma análise das representações de senso comum, de forma científica queremos entender as representações da vida cotidiana e do corpo social pela interferência do meio ambiente, cultura, meio social, etc. todo o arcabouço que utilizamos para visualizar e representar aquelas representações sociais soltas no senso comum através da influência do social na formação que um grupo será representado socialmente.

Por meio das interações sociais e das representações do senso comum, o indivíduo tem a necessidade de assimilar e tornar concreta sua representação social de um grupo através da familiarização ou conhecimento do que se tem de determinado grupo na sociedade.

Como uma de suas funções, a representação social tem o papel de tornar objetos, indivíduos em grupos, etc. tudo aquilo que nos parece desconhecido em lhes dar uma forma e encaixar os grupos sociais em categorias e ideais de representação que nos familiarizem com aquele grupo no sentido de dar concretude à uma representação pessoal de dentro para fora, pois essa representação se torna simbólica e social onde uma sociedade inteira visualiza e representa um grupo através do que se é apresentado socialmente daquele grupo para os outros indivíduos da sociedade. No mundo das representações sociais somos todos encaixados em linguagem, cultura, dentre outros, como a sociedade nos veem em relação ao grupo que formamos.

Assim como teoriza Moscovici (2005, p. 35):

“Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções.”

Assim como apresentado pelo autor, as representações sociais que nós mesmos formamos, não dizem respeito a um pensamento único e próprio nosso, mas pegamos e assimilamos as representações sociais da sociedade, logo, essas representações são montadas e apresentadas a nós como uma definição de um grupo por determinadas atitudes, cultura, dentre outras “caixas” que enquadrasse diversos grupos na sociedade.

Tal processo de assimilação das representações sociais para Moscovici se dá através de um processo histórico de ancoragem e objetivação, que levaram aquelas representações sociais ao corpo social de forma a ser assimilada sem o entendimento real por trás daquele grupo que se tem uma representação. Como define o autor:

“Ancoragem – Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa (MOSCOVICI, 2005, p. 61).

A ancoragem se enquadraria nesse sentido, no processo primário de reconhecer o estranho a nós e dar nome ou sentido, caso que se relaciona diretamente com a construção histórica de chamar o jovem em conflito com a lei, antes do estatuto da criança e do adolescente (ECA) , o termo menor infrator surgiu para dar nome aquele grupo de jovens que cometeram um ato infracional, tal designação mais tarde revista pelo ECA como um termo que carregava um grande estereótipo e de caráter prisional, dificultando assim a visualização desses jovens como pessoas com direito a dignidade e cidadania (Abramovay et al., 2004).

O processo de objetivação tem um sentido de entender e reproduzir aquele conceito em imagem ou representação, a objetivação passa por um processo de destrinchamento entre vários aspectos constituidores das representações sociais através de assimilação, descontextualização da realidade e construção de um padrão de representação social que não necessariamente representa a realidade de tal grupo representado socialmente. Dessa forma, o processo de objetivação e ancoragem estão com o papel de tornar o não familiar, em familiar. Trazendo dessa forma senso comum e representações sociais não fidedignas a realidade daquele grupo social.

Como descreve em sua teoria esses processos:

“Ancoragem e objetivação [...]. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2005, p. 78).

Com a teoria de Moscovici, fica claro observar uma realidade onde adolescentes socioeducandos ou que passaram por medida socioeducativa são representados como bandidos, midiaticamente e politicamente através de falas como “bandido bom é bandido morto”, representações sociais construídas sem a necessidade de se reconhecer e estudar o processo de socialização e sociabilidade violenta, os bombardeios imensos na mídia que atrapalham no reconhecimento desses jovens como dignos e cidadãos, são apresentados midiaticamente como algozes, pessoas ruins, sem qualquer aspecto humano, monstros que se enquadram em caixas de pensamento cristão entre o ser “bom” ou “ruim”, desacreditando de seu potencial de mudança, de ressocialização e de dignidade anteriormente citado.

Na teoria de Goffman (1981) sobre o estigma, temos uma visão clara de como esse fenômeno afeta diretamente os adolescentes em medida socioeducativa e seu papel formador

de descrédito com aqueles que fogem da conduta socialmente aceita e tem uma conduta desviante.

Como teoriza Goffman, o nascimento do termo estigma que surgiu na Grécia, já carregava com si um significado simbólico de exclusão de visualização com descrédito pelas pessoas no período grego:

“Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação. Os estudiosos, entretanto, não fizeram muito esforço para descrever as condições estruturais do estigma, ou mesmo para fornecer uma definição do próprio conceito. Parece necessário, portanto, tentar inicialmente resumir algumas afirmativas e definições muito gerais” (GOFFMAN, 1981, p. 5) .

As atribuições que fazemos a outros está ligada intimamente ao que se observa em sentido de valores, caráter, atribuições que fazemos pessoais dos indivíduos, essas impressões são o que formarão a representação social que temos daquele indivíduo, ou seja, a forma que os enquadramos no meio social em relação as suas condutas, da opinião de outras pessoas, da influência social que temos sobre aquele indivíduo que moldam nossa percepção de cada grupo e de cada pessoa na sociedade. Não obstante o que visualizamos no outro quando Goffman se refere ao estigma é de caráter totalmente depreciativo e cheios de preconceito em como vemos grupos desacreditados pela sociedade. Assim como conceitua Goffman em sua teoria do estigma:

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Observe-se que há outros tipos de discrepância entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que nos leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação. Observe-se, também, que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso.”

(GOFFMAN, 1981, p. 6).

O estigma por si só apresenta duas bifurcações em relação à forma como a sociedade irá enxergar esse indivíduo, seja por motivos políticos, raciais, ou de preconceito de homofobia, como aqueles que cometeram atos de desvio e passarão a ser excluídos e desacreditados da sociedade, de forma a não reconhecer seus aspectos pessoais de vivências, dificuldades e o que os levou a cometer um ato infracional, como é apresentado na seguinte passagem de Goffman:

Um estigma, é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito.

O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva: Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações. Começarei com a situação do desacreditado e passarei, em seguida, a do desacreditável, mas nem sempre separarei as duas.

Podem-se mencionar três tipos de estigmas nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família¹. Em todos esses exemplos de estigma, entretanto, inclusive aqueles que os gregos tinham em mente, encontram-se as mesmas características sociológicas: um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus.”

(GOFFMAN, 1981, p. 7) .

Para Goffman a situação se afunila quando entramos no quadro do desvio e da atitude desviante, o autor identifica vários grupos vulneráveis socialmente e que por sua conduta desviante são desacreditados pela sociedade por não se enquadrarem no padrão de normalidade que diz respeito a cometerem uma atitude desviante e logo não se identificar um padrão de acordo com o que se espera do indivíduo na sociedade, obedecendo as leis normativas e se submetendo ao monopólio legítimo de violência do Estado. Como apresenta Goffman na seguinte passagem:

“Se deve haver um campo de investigação chamado de "comportamento desviante" são os seus desviantes sociais, conforme aqui definidos, que deveriam, presumivelmente, constituir o seu cerne. As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais, e o mendigo impenitente da cidade seriam incluídos. São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade.” (GOFFMAN, 1981, p. 121).

O jovem em conflito com a lei se encontra num quadro de descrédito e estigma, onde sua representação social é fortemente influenciada pela mídia, por falas políticas, e acabam por serem deixados de lado quanto à políticas públicas e meios de reinserção na sociedade. Como apresentado por Paula Gomide em seu livro *O menor infrator: o caminho de um novo tempo* a autora identifica como um dos maiores motivos para o estereótipo do adolescente em conflito com a lei a crônica policial criada sobre essa população, os jovens passaram a ser vistos desumanizados, como animais, pessoas ruins, de índole ruim e perversa, pessoas que são um problema da sociedade e sem recuperação e comparados a presidiários com uma agressividade exacerbada, não se olhava para os jovens com compaixão ou uma possibilidade de melhora (GOMIDE, 1988). Como teoriza a própria autora:

“Tanto os organismos policiais como as instituições governamentais responsáveis pelo atendimento do menor infrator baseiam suas ações nos atos criminosos cometidos por esses garotos. A periculosidade constitui a característica mais fortemente divulgada pelos meios de comunicação, permitindo, desta forma, uma ação policial de “limpeza” dos menores das ruas, visto que sua simples presença gera insegurança e desconforto na população” (GOMIDE, 1988, p. 53).

O livro de Paula Gomide, mesmo publicado há anos atrás traz consigo uma análise atual, vale ressaltar que a publicação do livro veio antes do ECA de forma que a forma que se fala sobre o adolescente em conflito com a lei com nomenclaturas hoje não aceitas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de forma a contextualizar como a designação completamente estereotipada e que carregada do aspecto prisional, fato não aprovado pelo ECA atualmente. Independente desses pormenores, a teorização de Gomide traz aspectos que mesmo com a promulgação do ECA não foram mudados e continuam atual.

Contudo, como apresentado no presente capítulo, as representações sociais e o estigma direcionados a jovens em conflito com a lei são fatores determinantes em não se dar voz nem importância à essa população, nem procurar por políticas públicas que inibam o comportamento desviante, a iniciativa de políticas que promovam a reinserção desses jovens na sociedade, com empregos e acompanhamento fora da unidade socioeducativa.

Capítulo 4.

A PESQUISA, SEUS RESULTADOS E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O presente capítulo mostrará os resultados das pesquisas e as impressões de visita ao sistema socioeducativo, tratando como foi realizada a pesquisa, a metodologia utilizada para a análise de dados, um debate sociológico sobre os resultados e os dados públicos sobre as unidades de internação visitadas.

A pesquisa foi realizada presencialmente nas unidades de internação UNISS – Unidade de internação da saída sistemática e na unidade de internação UNIRE - Unidade de Internação do Recanto das Emas, foi realizado um pedido e autorização judicial e setorial para a entrada na unidade, processo bastante burocrático para se realizar a pesquisa. Foi aplicado uma entrevista semiestruturada com seis jovens e cinco trabalhadores da instituição como agentes penais socioeducativos, psicólogos e assistente social. Foi aceito para o questionário dos trabalhadores do sistema respostas online através do formulário do *google forms*®, contando com 7 respostas de trabalhadores do sistema.

Para a metodologia foi utilizado uma revisão bibliográfica, análise de conteúdo e um método quali-quantitativo, para quantificar similaridades nas respostas as perguntas qualitativas.

A visita a ambos os sistemas socioeducativos foram tranquilas e sem problemas durante o período das entrevistas. Ambas as instituições apresentavam uma configuração foucaultiana, apresentavam as unidades em si um aspecto muito prisional ainda, embora seja um ambiente de socioeducação e destinado a com jovens que cometeram atos infracionais, não se adequa à um ambiente proposto pelo ECA. Como apresenta Foucault em seu livro *Vigiar e punir*, as instituições socioeducativas, que não deixam de ser instituições totais, se apresentam e tem uma rotina muito parecida apresentada em seu livro:

“Por que Mettray? Porque é a forma disciplinar no estado mais intenso, o modelo em que concentram todas as tecnologias coercitivas do comportamento. Tem alguma coisa “do claustro, da prisão, do colégio, do regimento”. Os pequenos grupos, fortemente hierarquizados, entre os quais os detentos se repartem, têm simultaneamente cinco modelos de referência: o modelo da família (cada grupo é uma “família” composta de “irmãos” e de dois “mais velhos”);

o modelo do exército (cada família, comandada por um chefe, se divide em suas seções, cada qual com um subchefe; todo detento tem um número de matrícula e deve aprender os exercícios militares básicos; realiza-se todos os dias uma revista de limpeza, e uma vez por semana uma revista de roupas; a chamada é feita três vezes por dia); o modelo da oficina, com chefes e contramestres que asseguram o enquadramento do trabalho e o aprendizado dos mais jovens; o modelo da escola (uma hora ou hora e meia de aula por dia; o ensino é feito pelo professor e pelos subchefes); e por fim o modelo judiciário; todos os dias se faz uma “distribuição de justiça” no parlatório: A mínima desobediência é castigada e o melhor meio de evitar delitos graves é punir muito severamente as mais leves faltas;”

Embora não tenha uma conduta militarizada no meio, onde os jovens não tem uma rotina militarizada, como apresentado nos resultados da pesquisa, sua rotina se assemelha muito com o modelo Foucaultiano de Mettray. Como podemos ver nos relatos dos jovens sobre sua rotina no sistema em uma das questões da entrevista:

Quadro 1 – Respostas dos entrevistados a respeito da rotina

Entrevistado 1	Estuda de manhã e à tarde fica na área verde, gosta da escola e do que aprende, gosta muito de matemática, inglês e artes.
Entrevistado 2	De manhã vai pra escola e de tarde tem banho de sol
Entrevistado 3	Acorda, toma banho, vai para a escola, faz curso de artes terça e quinta, não sai pra banho de sol, e finais de semana vai para algumas atividades, como jogar bola, sala de jogos

Entrevistado 4	De manhã vai pra escola, banha, dorme, almoça, vai para banho de sol, segunda participa da oficina, e gosta de ficar mais no quarto em sua ala
Entrevistado 5	Acorda de manhã tem a conferência dos agentes, depois café da manhã, toma banho, vai para a escola, oficinas e cursos mas não participa fica no quarto ou banho de sol
Entrevistado 6	Acorda, vai pra escola, volta, almoça, lava o quarto e roupa, fica no banho de sol, queria fazer algum curso mas no momento não está fazendo

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Os relatos dos jovens se assemelham muito ao modelo Foucaultiano de punição aos jovens, como apresentado anteriormente. Os jovens participam de oficinas em sua maioria, embora muitos que ingressaram agora não participem ainda, como o caso do último entrevistado.

Em relação ao sistema os jovens apresentaram suas impressões durante a entrada no sistema e mostrando certa efetividade de mudança de pensamento quando entrou e após se adaptar como mostram seus relatos:

Quadro 2 – Impressões a respeito do sistema socioeducativo

Entrevistado 1	Triste, pra baixo, com o tempo teve que se adaptar a vida aqui, pensava muita besteira.
Entrevistado 2	Frustrado, se sente bem agora.

Entrevistado 3	Na primeira vez entrou em unidade de internação de Planaltina conhecia as pessoas de lá, eram todos conhecidos, não se sentiu mal, na segunda vez na UNIRE conhecia já quatro pessoas, se sentiu tranquilo
Entrevistado 4	Em São Sebastião provisório sentia muito medo, 45 dias ficou lá, ACM se sentia tranquilo mas fugiu, era semi liberdade, em Planaltina ficou 1 ano e 6 meses e fugiu, voltou pegou mais 2 anos e 6 e fugiu de novo, 4 meses na rua e veio para a UNIRE onde está a 2 meses e sairá em novembro.
Entrevistado 5	Ficou pela primeira vez em Santa Maria porque tinha 17, ficou abalado, triste. A rotina em Santa Maria era de boas. Entrou na UNIRE porque completou 18 anos e depois voltou para Santa Maria e depois voltou para UNIRE de novo
Entrevistado 6	Se sentia triste e ansioso ao mesmo tempo, vontade de sair daqui se sentia da mesma forma

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Alguns entrevistados que já tinham amigos na unidade se sentiram melhores em relação a entrada na unidade do que aqueles que se sentiam sozinhos e com medo. Tais relatos demonstram uma entrada de certa forma difícil de lidar, tanto que há relatos de fuga e reentrada compulsória, pois não queriam estar no sistema socioeducativo. Há uma mudança de pensamento muito grande após o período de internação, onde suas mentalidades da maioria mudaram após adaptação no sistema, mas como mostrado nos relatos de rotina, muitos preferem não participar de banho de sol ou atividades que muitos socieducandos estão presentes em sua maioria, o que pode significar certo medo, dado que futuramente seria interessante de se analisar em uma continuidade da pesquisa. Como apresentado a seguir, as mentalidades mudaram após adaptação. Com o questionamento “como você se sente após se adaptar ao sistema?”

Quadro 3 – Respostas ao questionamento “Como você se sente após se adaptar ao sistema?”

Entrevistado 1	Se sente mais tranquilo, antes pensava muito, mas agora não pensa tanto
Entrevistado 2	Se sente bem, acha que mudou muito o que pensava
Entrevistado 3	Mudou a forma de pensar no sentido de sair do crime, perdeu a infância em unidades de internação, quer mudar de vida
Entrevistado 4	Sente muito ódio por estar aqui, saudade de casa e da família, a família vem visitar mas se sente vivendo em meio a opressão e maldade na UNIRE

Entrevistado 5	Se sente bem de certa forma hoje em dia, saudade da família, só mãe e irmã visitam.
Entrevistado 6	Sente mais tranquilo agora adaptado

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Fica claro uma mudança de pensamento após o período de adaptação, mas é extremamente preocupante os apontamentos em relação a falta de visita familiar, uma vez que um dos preceitos da socieducação é uma articulação entre o sistema socioeducativo, a família e a reinserção na sociedade. Na questão sobre a mudança de pensamento após o período de internação, as respostas foram positivas, demonstrando uma efetividade do sistema em relação a mudanças de perspectivas para o futuro, como demonstra os relatos a seguir.

Quadro 4 – Respostas ao questionamento Perspectivas para o futuro

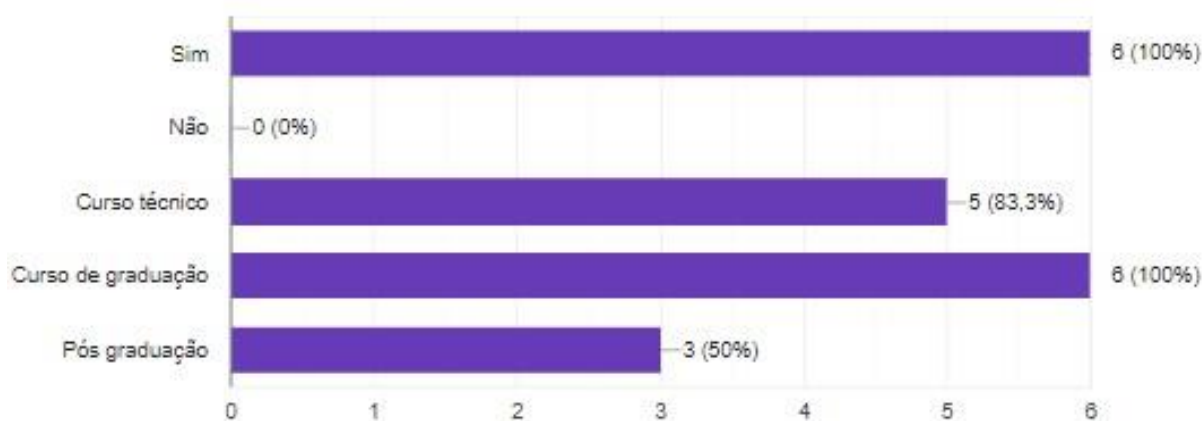
Entrevistado 1	Mudou, teve mais maturidade, mais pensamento, o jeito de conversar e atitudes
Entrevistado 2	Mudou
Entrevistado 3	Fez mudar o pensamento, antes não ligava pra nada, agora pensa em sair da criminalidade, já atuou no tráfico por vender crack e bala
Entrevistado 4	Não mudou
Entrevistado 5	Mudou, teve uma visão de querer sair da criminalidade, de seguir uma carreira profissional

Entrevistado 6	Um pouco, sair da criminalidade, fazer faculdade, terminar os estudos
----------------	---

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Como apresentado nos relatos, a maioria sente uma mudança de pensamento embora um deles não tenha mudado seu pensamento, o que abre margem para se pesquisar um número maior para confirmar se esse pensamento é único individual ou de outros internos também. Em relação ao seu futuro nos estudos, há um grande empenho em finalizar seus estudos após e durante a internação, como demonstra o gráfico:

Figura 1 – Intenção de estudos após o sistema socioeducativo



Fonte: Arquivo próprio (2023)

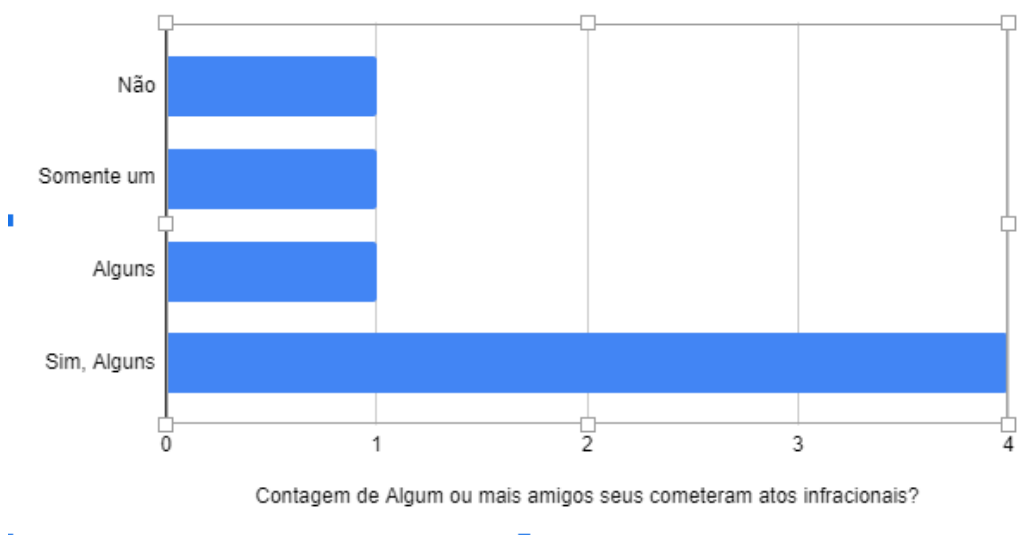
A grande vontade de evitar situações de criminalidade é presente, o que impede muito essas perspectivas de se tornarem reais é a volta para o mesmo meio que viviam antes, a sociabilidade violeta e o grupo de amigos. Como obtido na pesquisa, grande parte dos internos tinham amigos na criminalidade, como demonstra os gráficos e tabela de relatos a seguir, parte admite influência dos amigos na vivencia de situações de criminalidade e na reincidência desses jovens ao sistema.

Quadro 5 – Respostas ao questionamento relações sociais e sua relação com a criminalidade

Entrevistado 1	Alguns amigos que foram presos, alguns trabalhavam, melhor amigo saiu tem pouco tempo da unidade de internação, considerava um irmão
Entrevistado 2	Alguns estavam na criminalidade, mas poucos, amizades de rua
Entrevistado 3	Amigos de rua, alguns na escola, vizinhança e festas também
Entrevistado 4	Amigos de rua, maioria morreu e o resto está preso ou em medida socioeducativa
Entrevistado 5	Tinha amigos que não estavam no crime e grupos de amigos que estavam na criminalidade, perdeu alguns amigos mortos pela criminalidade que estavam amigos próximos foram 2
Entrevistado 6	Tinha alguns amigos da escola mas não ia para a escola, tinha muitos amigos do tráfico e envolvido na criminalidade

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Figura 2 – Amigos que cometeram atos infracionais

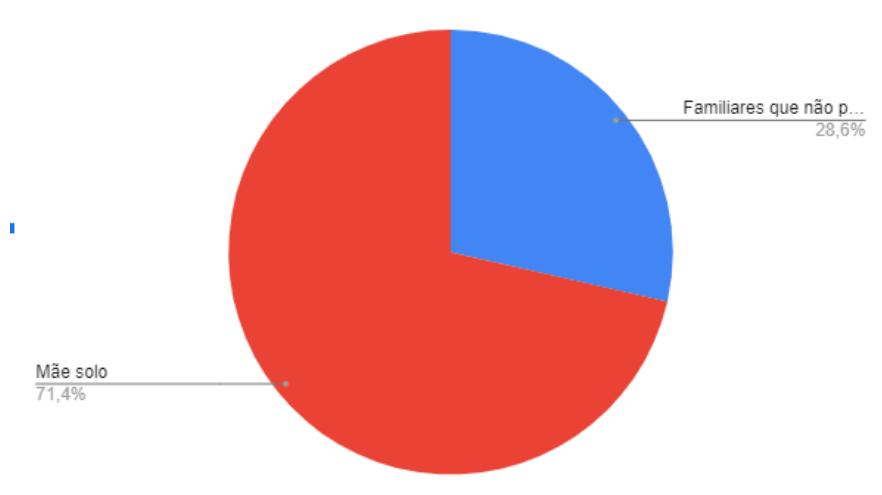


Fonte: Arquivo próprio (2023)

Tal dados analisados, tanto dos relatos pessoais, quanto dos gráficos, demonstram uma grande sociabilidade violenta, em que grupos de amigos na criminalidade e em meio à periferia e a criminalidade que assola esses espaços, e uma seria de privação de direitos e cidadania culminou na entrada desses jovens na criminalidade. Essa rede interpessoal na periferia terminou por resultar num processo de sociabilidade em que o jovem se integrou ao meio criminal.

Analisando o histórico familiar dos adolescentes em medida socioeducativa, a maior parte vem de família de mãe solo e pai ausente ou presidiário, que viviam em vulnerabilidade econômica e social, demonstrando uma importância na sociabilidade desses jovens para a entrada na criminalidade, como mostram resultados da pesquisa grande parte teve uma infância de vulnerabilidade, abuso, dentre outros. Como apresentado no gráfico e quadro a seguir.

Figura 3 – Composição familiar



Fonte: Arquivo próprio (2023)

Quadro 6 – Qual a profissão dos pais ?

Profissão dos pais	
Pai	Mãe
Mestre de obra	Autônoma
Borracheiro	Desempregada
Presidiário	Desempregada
Trabalha no mercado	Cozinheira
Pedreiro	Serviços gerais
Bar próprio	Encarregada

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Na questão “Você tem irmãos? Quantos moram com você?” os relatos mostram famílias em vulnerabilidade social onde um número grande de irmãos morava na mesma casa com mãe solo.

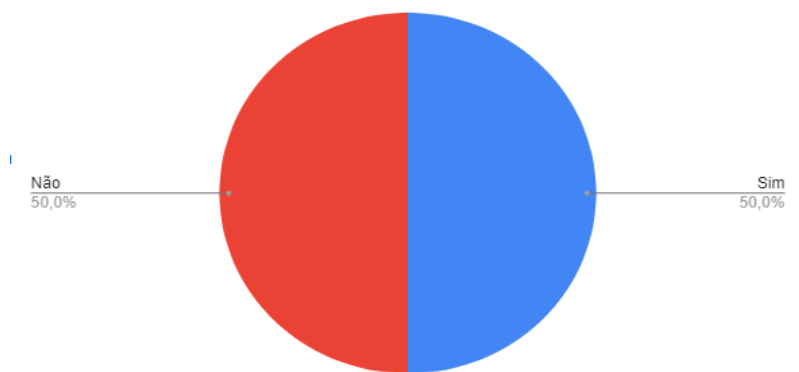
Quadro 7 – Respostas ao questionamento “Você tem irmãos? Quantos moram com você?”

Entrevistado 1	3
Entrevistado 2	4
Entrevistado 3	7 irmãos mas apenas 2 viviam com ele
Entrevistado 4	3 mas tem 8 irmãos
Entrevistado 5	7
Entrevistado 6	5

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Dados como vício em entorpecentes como drogas, bebidas e cigarro estavam presentes na vida desses jovens por parte de parentes próximos viciados:

Figura 4– Algum parente apresenta dependência com entorpecentes ou bebidas alcoólicas ?



Fonte: Arquivo próprio (2023)

Na sessão “Como você descreveria sua infância e suas vivências com seus pais durante o período anterior a internação?” os relatos passam de alguns internos com momentos familiares bons e abuso e vida difícil.

Quadro 8 – Respostas ao questionamento “Como você descreveria sua infância e suas vivências com seus pais durante o período anterior a internação?”

Entrevistado 1	De boa, tranquilo
Entrevistado 2	Boas memórias e lembranças familiares
Entrevistado 3	Aos 14 anos já ingressou na unidade de internação por arrastão, unidade de Planaltina, tinha uma boa relação com a mãe e já sabia que o pai era presidiário, não acha que teve um peso psicológico esse fato, infância considerada média, momentos bons e ruins

Entrevistado 4	Infância difícil foi com 6 anos para a casa dos avós e era judiado, apanhava, passava fome, fugia várias vezes, foi morar lá por causa do pai e voltou por causa da mãe pra Brasília quando voltou começou a se envolver com crime roubava e traficava e entrou na unidade pela primeira vez em 2017 por roubo foi pra unidade de internação com 12 anos de São Sebastião lá era muito pior
Entrevistado 5	Veio de uma família humilde, com momentos bons e ruins
Entrevistado 6	Era tudo bem entre eles, não tinham conflitos brigas

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Os relatos e dados da pesquisa mostram uma grande influência da socialização e sociabilidade violenta experimentada por esses jovens, de famílias humildes e de vulnerabilidade constante, suas justificativas para cometerem atos infracionais eram ter seu próprio dinheiro, suas coisas, e sair de uma vida difícil por meio da criminalidade, como relatado pelos internos. Sessão de pergunta “o que te levou a cometer um ato infracional?”

Quadro 9 – Respostas ao questionamento “O que te levou a cometer um ato infracional?”

Entrevistado 1	Queria independência, ter seu próprio dinheiro
Entrevistado 2	Não queria depender de ninguém, por isso cometeu

Entrevistado 3	Nas primeiras vezes fez por necessidade de dinheiro e na segunda vez quis por vontade própria por diversão e sequestro por necessidade de dinheiro
Entrevistado 4	Tráfico para ganhar dinheiro, homicídio foi execução de inimigo, latrocínio também, receptação por comprar coisas roubadas
Entrevistado 5	Necessidade financeira, queria arrumar dinheiro fácil pois via sua mãe passando necessidades e também queria dinheiro próprio
Entrevistado 6	Querer dinheiro fácil, querer ter as coisas

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Em relação aos atos infracionais cometidos, os jovens em sua maioria cometeram roubo e tráfico de drogas, uma parcela menor cometeu atos infracionais hediondos, como relataram.

Quadro 10 – Atos infracionais cometidos

Entrevistado 1	Roubo
Entrevistado 2	Roubo
Entrevistado 3	Vários roubos (entre 4 a 5), receptação por encontra-lo em carro roubado mas não foi de sua autoria, sequestro

Entrevistado 4	Tráfico, roubo, homicídio, latrocínio, receptação e porte de arma
Entrevistado 5	Tráfico e receptação
Entrevistado 6	Roubo, furto, tráfico, receptação, latrocínio

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Os jovens em sua maioria deram entrada ainda adolescente em outras unidades de internação. A amostra de entrevistados são entre 18 e 20 anos de idade, é notável a evasão escolar em um período anterior à entrada no sistema socioeducativo, como observado na pesquisa todos estão em series atrasadas para sua faixa etária, e confirmaram todos que passavam mais tempo na rua do que em casa, em meio as vivencias na rua encontravam-se sem acompanhamento familiar o que sustenta o argumento de uma sociabilidade violenta desses jovens em meio a um ambiente de criminalidade, falta de supervisão parental, abuso de entorpecentes pelos parentes próximos e por eles mesmos, uma combinação de faltas e precariedade em suas vidas.

Quadro 11 – Idade x Nível de escolaridade

Entrevistado	Idade	Nível de escolaridade
Entrevistado 1	18	Fundamental finalizando
Entrevistado 2	19	Médio terminando
Entrevistado 3	20	1º médio
Entrevistado 4	18	2º médio

Entrevistado 5	19	1º médio
Entrevistado 6	18	1º médio

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Quadro 12– Respostas ao questionamento “Você utilizava entorpecentes, bebidas, cigarro, etc. durante sua adolescência?”

Uso de entorpecentes
Já utilizava drogas antes de entrar na unidade, mas antes de vir só estava usando maconha
Bebia e usava drogas no final de semana
Viciado em cigarro, mas já utilizou maconha e cocaína em festas, mas não viciou
Fumava cigarro, já experimentou drogas, mas não era usuário
Era usuário de maconha, já experimentou cigarro, mas não gostou

Maconha, cigarro, bebia, usava bala de vez em quando, mas não considera que influenciou. Usa remédio aqui dentro Amitriptilina

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Todos os jovens reincidiram (100%, 6 respostas de reincidência) ao sair da Unidade de internação pela primeira vez, o que pode apontar para uma reincidência devido à volta ao meio social em que viviam, acabando por ser desfeito toda a mudança de pensamento que tiveram na unidade de internação socioeducativa, o que abre margem para se pensar em políticas públicas que estão em falta para não permitirem a reincidência após a saída da unidade socioeducativa.

Em relação à atuação policial devido à todos terem sido pegos em flagrante, acarreta uma grande repressão e violência, falas racistas, abuso de poder, quando pensamos principalmente que se tratavam de jovens, a ação policial está em completo desacordo com o ECA em relação à abordagem policial relatada pelos socioeducandos à pergunta: “Como foi a abordagem policial quando você cometeu o ato infracional?”

Quadro 13 – Como foi a abordagem policial quando foi cometido o ato infracional

Entrevistado 1	Ato infracional onde ele e o amigo cometeram um roubo e foram pegos, levaram murros
Entrevistado 2	Foi ruim, mas não apanhou, achou normal

Entrevistado 3	Foi agredido, foi preso por roubo e sequestro e apanhou na DCA
Entrevistado 4	Quando foi pego por latrocínio foi levado pro mato, apanhou, levou choque, colocou pistola na cara, levou coronhadas e achou que fosse morrer, tudo com 14 anos
Entrevistado 5	Foi agredido, murros e chutes na costela, apontaram a arma em sua direção mas foi preso no Goiás
Entrevistado 6	Xingamentos, falas racistas, apanhou muito, socos na costela

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Em relação ao estigma e preconceito os jovens apresentam relatos de como eram vistos com descrédito pelas pessoas, como descrevem nos relatos a seguir após a pergunta “Você se sente estigmatizado pelas pessoas por estar no sistema socioeducativo? De que forma você observa isso?”:

Quadro 14 – Respostas ao questionamento “Você se sente estigmatizado pelas pessoas por estar no sistema socioeducativo? De que forma você observa isso?”

Entrevistado 1	Enxergava, mas não ligava, não se importava, hoje em dia ele não quer voltar pra essa vida
----------------	--

Entrevistado 2	Se sentia reprovado pelas pessoas
Entrevistado 3	Se sentia estigmatizado por amigas da tia (familiar que morava), onde morava em Planaltina não sentia preconceito na quebrada
Entrevistado 4	Se sentia estigmatizado e sofria preconceito de alguns vizinhos, pela família tias
Entrevistado 5	Sofreu estigma e preconceito de amigos da família, preconceito por sua forma de andar e se vestir de desconhecidos, do irmão
Entrevistado 6	Morava no Itapoã e lá sentia que as pessoas viam isso como normal, não se sentia julgado ou sofrendo estigma ou preconceito

Fonte: Arquivo próprio (2023)

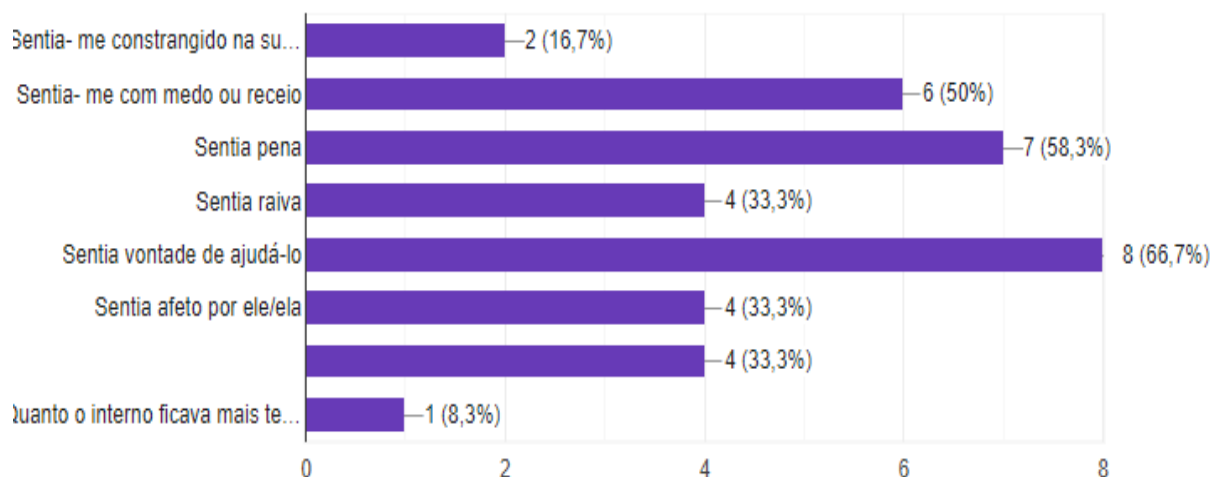
Tais relatos reforçam a teoria apresentada anteriormente por Goffman (1981) onde se vê adolescentes em conflito com a lei com descrédito, preconceito, estigmatizado por seus atos sem uma credibilidade que podem evitar situações de criminalidade e exclusão social por parte daqueles que não aceitam e repudiam o ato infrator e aquele que o comete.

A entrevista pessoal com os trabalhadores de ambos os sistemas socioeducativos teve bons resultados no que toca o se pensar em políticas públicas, que os trabalhadores identificam como falta no sistema, as respostas eletrônicas mostram um aspecto bem estigmatizado do adolescente em conflito com a lei, como pensamentos que os desumanizam, como será

apresentado a seguir. Primeiro apresentarei os resultados das entrevistas presenciais e posteriormente as de envio eletrônico.

Foram entrevistados pessoalmente uma amostra de 5 trabalhadores, 2 psicólogas e 3 agentes penais socioeducativos. As respostas em sua maioria olhavam para o jovem com uma certa pena e necessidade de se engajar com a causa como apresentado nas respostas de escolhas múltiplas de marcação. Como apresenta o gráfico a seguir:

Figura 5– Emoções em relação aos socioeducandos



Fonte: Arquivo próprio (2023)

Nos relatos dos entrevistados muitos apresentam suas opiniões na sessão de como se sentiam no sistema e sentimentos de afeto:

Quadro 15 – Sentimento dos trabalhadores em relação ao socioeducando e os sentimentos de afeto

Entrevistado 1	Sente que são pessoas que merecem garantia de direitos, se sente comprometida com a causa, tenta proporcionar aos jovens aspectos que ele não teve no passado de vivências. Por exemplo, dar aos jovens momentos que eles não tiveram e que lhes faltaram em sua vida.
Entrevistado 2	Necessidade de fazê-los refletir, e orientá-los
Entrevistado 3	Empatia, se colocava no lugar deles
Entrevistado 4	Indiferença em alguns casos, injustiça por atos infracionais de homicídio e latrocínio.
Entrevistado 5	Quando o interno fica mais tempo percebe que regras de educação e respeito mútuo ficam marcados em ambos.

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Ainda sobre como se sentia trabalhando no ambiente socioeducativo:

Quadro 16 – Sentimento dos trabalhadores em relação ao seu trabalho no sistema socioeducativo

Entrevistado 1	Em Santa Maria muito medo, atualmente na Uniss se sente mais segura
Entrevistado 2	Me sentia com oportunidade única de uma experiência jamais cogitada em vivenciar e em conhecer um submundo do qual a sociedade não conhece e com isso, eu pude fazer o meu melhor por eles e seus familiares. Pra mim, foi uma escola pra vida. Faria tudo de novo.
Entrevistado 3	Se sente mais seguro na Unire, Uniss se sentia inseguro, entra droga armas, ameaças, provisório mais provável de fuga
Entrevistado 4	O meio transforma o ser humano, medo, raiva, ódio um fio da navalha entre o bem e o crime, se houve tanto falar em morte, desgraça crime que você se transforma ou e engolido pelo sistema....
Entrevistado 5	O meu sentimento é de que eu estaria contribuindo para um redirecionamento de vida, não só daquele jovem, como de toda família, principalmente das mães que eram as que mais se faziam presentes durante todo período de internação.

Embora a maior parte dos relatos sejam positivos em relação à se engajar com a causa, há alguns relatos de insegurança e medo do meio em que vivem e o sistema ter mudado sua personalidade por meio do ambiente que acarreta muito do sistema prisional, fato que deveria ser analisado através do ECA de proporcionar um ambiente aos jovens que não apresente uma característica prisional, uma vez que o propósito da socioeducação é mudar as perspectivas dos jovens, oferecer oficinas que ocorrem na UNIRE e em menor quantidade na UNISS, demonstrando uma falta de direcionamento desses jovens através de oficinas culturais.

Nos relatos sobre o que levaram os jovens a cometerem atos infracionais, grande parte dos entrevistados nas unidades atribuem uma grande influência do uso de drogas para a entrada na criminalidade, também como uma família desestruturada como influencia assim observamos nos relatos a seguir:

Quadro 17 – O que leva os jovens a cometerem atos infracionais opinião dos trabalhadores

Entrevistado 1	Hoje em dia o status em bairro empurra o jovem a conseguir coisas fáceis, desestrutura familiar, falta uma religião, leis mais rígidas em relação a novos delitos.
Entrevistado 2	Uso de drogas, não específica sobre qual, em sua experiência de 6 anos trabalhando no sistema socioeducativo, nunca encontrou nenhum jovem que não utilizasse alguma droga seja no presente ou passado.
Entrevistado 3	Manutenção de uso de drogas, drogas como um pivô para se entrar na criminalidade
Entrevistado 4	Impulsividade, inconsequência, características próprias da idade deles.

Entrevistado 5	Cultura, ambiente influência, uso de drogas no caso o mercado de drogas
----------------	---

Fonte: Arquivo próprio (2023)

A questão das drogas é uma bandeira levantada pelos entrevistados no sistema, como pivô para a criminalidade juvenil, mas esquecemos da sociabilidade violenta que leva esses jovens à um contato com as drogas e com o mundo da criminalidade, as faltas em suas vivências difíceis e seu caráter impulsionador da socialização e sociabilidades, como observado no relato dos jovens que todos viviam em vulnerabilidade econômica e alguns com histórico de abuso, é claro como uma unidade de faltas no âmbito familiar, escolar, o que os delegava a uma vida em meio as ruas diariamente na periferia e dessa forma acabavam por formar grupos que possibilitaram sua sociabilidade violenta Silva (2004).

Quando tocamos na questão do estigma, as respostas eletrônicas enviadas online apresentam grande estigma em relação ao adolescente socioeducando. Como será apresentado nos relatos a seguir e gráficos.

Na questão “Para você o que caracteriza um adolescente que comete um ato infracional? Dê sua resposta de acordo com aspectos que você observava/observa nos jovens” dois relatos enviados eletronicamente pelos trabalhadores chamam atenção para a designação que dão aos jovens em medida socioeducativa:

Quadro 18 – Respostas ao questionamento “Para você o que caracteriza um adolescente que comete um ato infracional?”

Resposta ao questionário eletrônico	Bandido
Resposta ao questionário eletrônico	Alguém que faz coisas pelas quais precisa ser punido

Fonte: Arquivo próprio (2023)

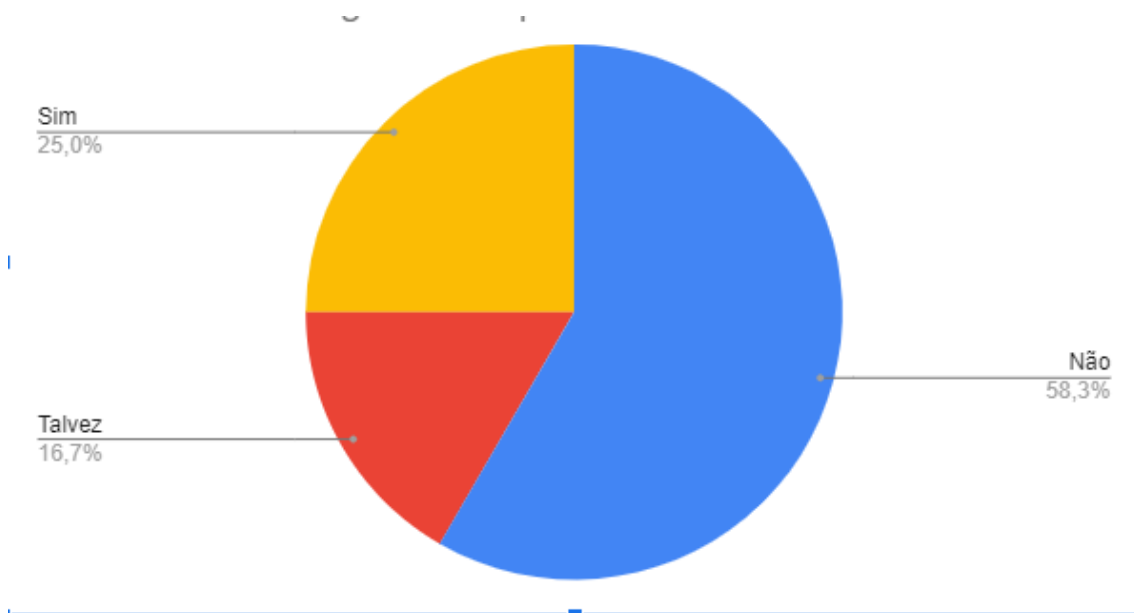
De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente o sistema socioeducativo não tem um caráter de punição, e sim de socioeducar o jovem para evitar situações de criminalidade e ser reintegrado à sociedade, com uma articulação da educação, psicopedagógico e família, não cabendo punição como no sistema prisional. Assim como define o ECA:

“Art. 8º Os Planos de Atendimento Socioeducativo deverão, obrigatoriamente, prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes atendidos, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990

(Estatuto da Criança e do Adolescente, p. 154).

O estigma e preconceito com os jovens em medida socioeducativa é bem elucidativo nas questões que dizem respeito a maioria penal e o socioeducando ser igual à um presidiário e se deveriam ser submetidos à pena de morte, como será demonstrado nos gráficos.

Figura 6– Resposta ao questionamento “Para você, um adolescente em medida socioeducativa é igual a um presidiário ?”

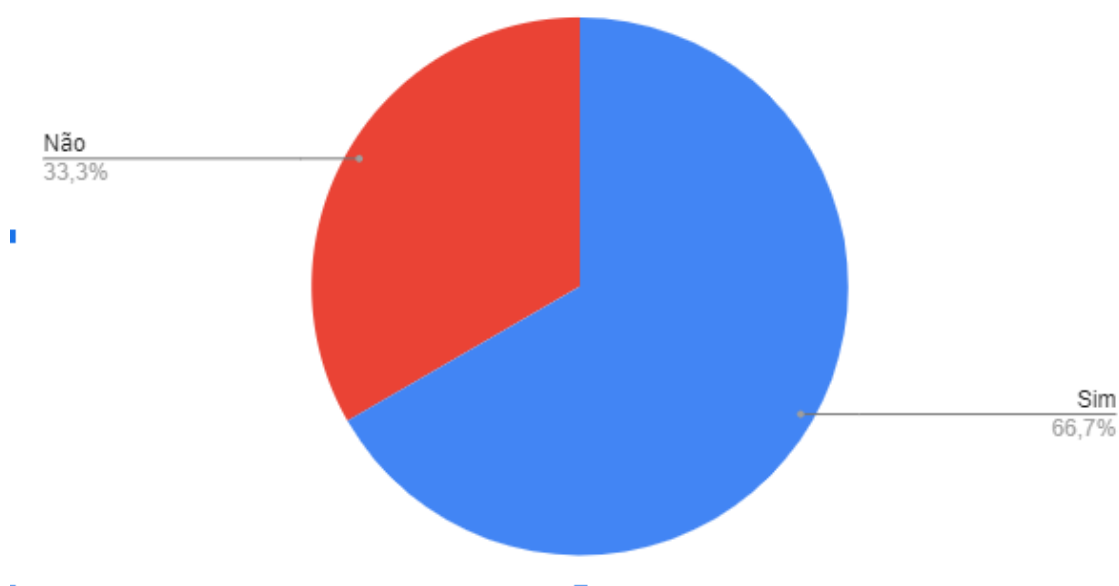


Fonte: Arquivo próprio (2023)

Embora a maioria dos trabalhadores entrevistados (58,3%) não considere que um adolescente em medida socioeducativa seja comparável a um sistema presidiário, uma porcentagem importante (25%) considera que sim e quase um terço (16,75) considera que

talvez seja comparável o sistema de medidas socioeducativas ao sistema presidiário. Esta situação está em total desacordo com o ECA, pois visualizar o jovem em medida socioeducativa como um detento só delega à ele um descrédito maior e as influências midiáticas que colocam como sem qualquer humanidade o jovem, assim como no sistema prisional os presidiários são desumanizados por estarem no presídio. Tal fato se afunila mais ainda em uma visualização de pena de morte para jovens que cometem crimes hediondos e a diminuição da maioria penal.

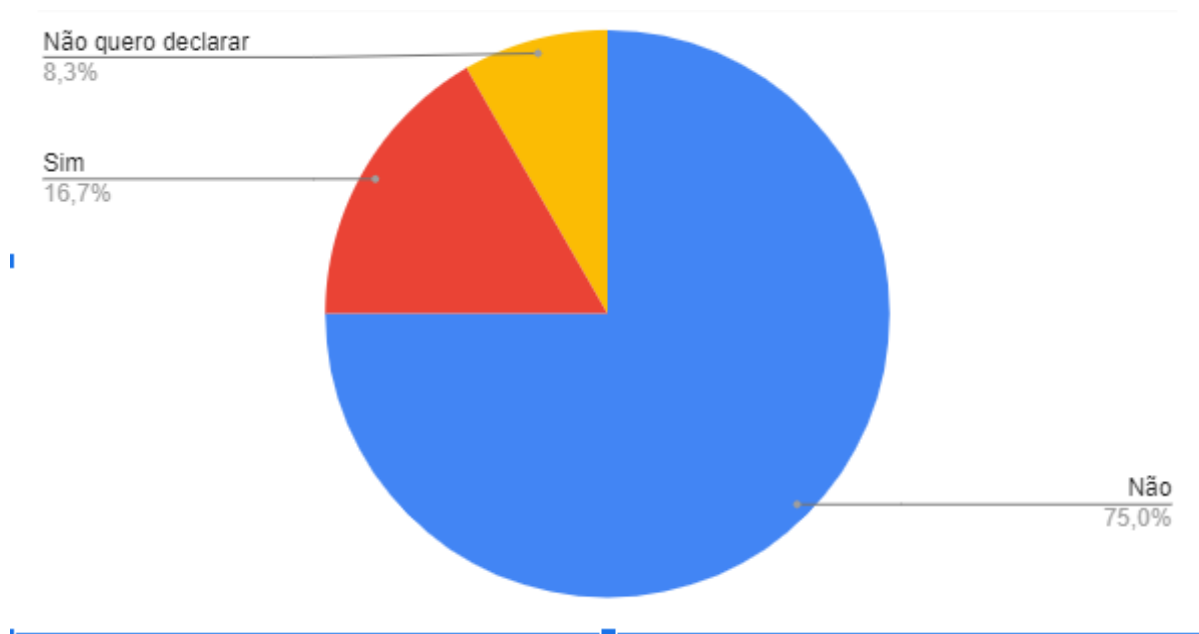
Figura 7– Resposta ao questionamento “Você concorda com a redução da maioria penal ?”



Fonte: Arquivo próprio (2023)

É gritante o número de trabalhadores do sistema que concordam com a redução da maioria penal para jovens em medida socioeducativa. O papel principal do sistema socioeducativo é ainda mudar a mentalidade do jovem que está ainda em um período de construção da sua personalidade, valores, todo o arcabouço que o tornará um indivíduo social que não cometa mais atitude desviante. Além da questão da formação psicossocial do jovem está a superlotação de presídios e a possibilidade da formação de uma “escola do crime” fato que ocorria durante o CAJE e a FEBEM, onde adolescentes e crianças eram submetidos à um meio onde haviam jovens com atos infracionais mais pesados e contato com gangues, assim assimilando nos mais jovens um maior arcabouço de piora na mudança e saída da criminalidade, saindo de lá com maior contato com a criminalidade (Abramovay et al. ,2004).

Figura 8– Resposta ao questionamento “Para você um adolescente que comete um ato infracional hediondo deveria estar sujeito a pena de morte ? “



Fonte: Arquivo próprio (2023)

Embora um número pequeno concorde com a pena de morte para crimes hediondos, ainda é preocupante num país como o Brasil, onde não se tem pena de morte se pensar em pena de morte para jovens que ainda estão construindo sua personalidade e que seus atos infracionais são frutos das consequências de uma vida de vulnerabilidade, falta de acesso a direitos básicos, classes sociais baixas e com vidas sem acompanhamento parental durante a infância, todas essas variáveis são condicionantes para que caminho seguiram e onde foram parar. Somos frutos das consequências da vida muitas vezes impostas à nós e não o contrário.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A presente seção tem por finalidade discutir melhorias e destacar também os aspectos positivos do sistema socioeducativo, propondo políticas públicas eficientes que possam garantir a não reincidência dos jovens ao sistema, e os possibilitem oportunidades para assim melhorar o sistema socioeducativo e também se pensar em políticas preventivas que barrem a entrada de adolescentes no sistema.

Uma das questões levantadas pelos trabalhadores, em especial psicólogos e assistentes sociais é a falta de preparo dos agentes socioeducativos que por serem antes de tudo agentes penais, não são capacitados de forma correta para lidar com aqueles jovens, tratando de certa forma a população de socioeducandos de forma semelhante à população de presidiários. Assim como aponta uma assistente social e psicóloga entrevistada.

Quadro 19 – Respostas dos psicólogos e assistentes sociais

Psicóloga entrevistada	Falta de estrutura física, capacitação dos servidores, adequação do perfil dos servidores, responsabilização dos pais ou família, em sua experiência identificou pais que não queriam se responsabilizar com os jovens, profissionalização sistemática, ou seja, sair do sistema empregado
Assistente social	Participação maior dos jovens em tomada de decisões da unidade, maior oferta de atividades socioeducativas, parcerias público privadas que deem maior capacitação, empregos, serviço de saúde psicossocial além do capes, um atendimento específico para essa população, maior capacitação dos técnicos e trabalhadores do sistema na área de segurança.

Fonte: Arquivo próprio (2023)

Como apresentado pelos entrevistados, uma das questões importantes para o sistema seria uma capacitação dos trabalhadores e agentes penais socioeducativos, pois não terem essa

capacitação aumenta os conflitos entre os internos e os agentes da área de segurança da unidade de internação.

Um dos grandes problemas da reincidência dos jovens ao sistema socioeducativo é a volta para o meio que vivia antes e a falta de emprego e tempo ocioso, caberia uma política pública que assegurasse que os internos saíssem da unidade já empregados e preparados para o mercado de trabalho, para que assim não recorram à volta a criminalidade para uma sobrevivência na vida cheia de vulnerabilidades.

Cabe se pensar também em uma política de assistência psicológica aos internos após a saída da unidade de internação, pois dada suas vivências e vulnerabilidade, um acompanhamento psicológico seria benéfico para conviver e aprender a viver na sociedade sem o abuso de entorpecentes, para sair da realidade difícil. Uma política pública que se faz extremamente necessária nas unidades de internação seria uma reforma da estrutura que carrega muito ainda um aspecto prisional, por se tratar de jovens essa ressocialização necessita de um ambiente socioeducativo que efetivamente não os coloque numa postura de prisioneiros iguais à presidiários. Outro caráter que merece atenção sobre as políticas públicas necessárias ao sistema socioeducativo seriam mais oficinas na UNISS que relatado em entrevista tem-se poucas, oficinas que mostrem ao jovem que essa realidade atual é passageira e ele pode se desenvolver à longo prazo.

Outra política pública que seria benéfica ao sistema são uma articulação após a saída do interno com a família, por virem de famílias de vulnerabilidade econômica e social, uma política que garantisse às famílias auxílio fora, além empregar o jovem, uma mudança em seus grupos de amigos que potencializaram uma sociabilidade violenta, uma saída do meio que antes se encontrava para sua não reincidência.

Sobre políticas que freiem a entrada desses jovens no sistema, seria um programa de ensino integral para aqueles jovens periféricos que por terem a mãe solo em trabalho de subjugação e compulsório, não as permitem cuidar dos filhos fora da escola, sem condições de ter alguém supervisionando, os jovens ficam em sua maioria na rua, onde estão sujeitos à uma sociabilidade violenta e que os iniciam na vida criminal. Cabe também um plano de políticas públicas nas periferias que direcionem esses jovens para uma realidade diferente, como iniciativa do Estado em criar oficinas em escolas, ou fora delas, para jovens de periferia visualizarem uma gama de possibilidades no futuro que o impeçam de optar pela criminalidade para sair da vulnerabilidade econômica.

Cabe também uma política que lide com as dependências químicas dos internos após saírem da unidade de internação, pois o vício também foi um fator para a entrada nas unidades socioeducativas e que por relato de internos, lá utilizam ansiolíticos e remédios psicoativos para lidar com o vício e a depressão do ambiente em que se encontram.

Vale ressaltar que embora foi sugerido parcerias públicas privadas para fomentarem empregos, o estigma presente na sociedade acaba por barrar essas parcerias, a sociedade não vê com bons olhos aqueles que são socioeducandos, presidiários, o que torna difícil a efetividade dessas políticas, devido ao estigma e as representações sociais que se tem dessas pessoas, que quando saem são direcionados a subempregos com abuso e trabalho compulsório.

Pensar em políticas públicas é difícil pois uma gama de setores precisa serem mobilizados para se fazer tornar real essa política. Contudo, com a análise de dados da pesquisa, se faz necessário urgentemente se colocar em prática essas políticas públicas para uma mudança efetiva na realidade e situação desses jovens. Contudo é importante uma política pública que mude a mentalidade e representações sociais desses jovens, assim como uma quebra do estigma, fenômenos sociológicos que impedem e freiam políticas públicas que permitam a reinserção e ressocialização dos jovens que cometem atos infracionais na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da Monografia foi possível analisar o processo histórico de formação social da criança e da família na Europa e no Brasil, observando processos desiguais de vivência da infância e da juventude. Neste sentido, é possível perceber um atraso na formação de entendimento do processo de infância e da juventude como período que deveria ser sujeito à proteção e inerente a uma socialização inclusiva, de forma que tal atitude se reflete até hoje

mesmo após a promulgação do ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, embora muito tenha se alcançado com o ECA, a pesquisa mostrou uma defasagem em relação ao que é proposto para o sistema socioeducativo e o que é a realidade do sistema e nas condições de vida de uma parcela significativa da nossa população.

Com a pesquisa foi possível perceber um processo de socialização fragilizada dos internos, com a negação da maioria de seus direitos fundamentais e de cidadão, além de uma realidade de vulnerabilidade econômica e social, de abandono parental e paternal, onde a maioria tinha mãe solo ou morava com outros familiares, dessa forma ficaram na rua em sua maior parte e mesmo tendo subempregos não conseguiam se manter numa realidade vulnerável onde moravam com um número grande de irmãos em que sua mãe ou tutor tinham subempregos e sobreviviam a vida de forma que os levaram para uma sociabilidade violenta que culminaram no cometimento de atos infracionais. A maioria apresentava dependência de drogas e nas unidades são medicados por depressão ou por lidarem com o vício. Como apresentado nos resultados da pesquisa, os jovens justificam seus cometimentos de atos infracionais como meio de ter seu próprio dinheiro, sua independência o que só reforça Castel (2005) em relação à necessidade de em meio a uma vida de vulnerabilidade e desafiliação da sociedade, o indivíduo se sente fora da sociedade, na sociedade do consumo e de modelo capitalista, os jovens querem fazer parte dessa realidade e não somente sobreviver em subempregos, mas terem uma vida com direitos plenos ao consumo.

Todos os jovens entrevistados reincidiram e entraram na faixa de 14 anos e estão indo e voltando do sistema. A amostra entrevistada de jovens apresentavam 18 anos a 20, todos estavam fora de suas respectivas series de acordo com a idade, e todos tiveram uma mudança de mentalidade durante o período de internação, mas após a saída e a falta de empregos, voltaram para o mesmo ambiente de criminalidade, o que os fizeram reincidir novamente. Todos os jovens apresentavam sonhos e perspectivas de futuro, de acordo com os trabalhadores entrevistados, poucos conseguiam realmente evitar situações de criminalidade.

Como apresentado durante a pesquisa, as representações sociais, a vulnerabilidade econômica e a socialização e sociabilidade violenta trazem consigo aspectos que condicionaram esses jovens ao ato infracional, quando faço referencia a sociabilidade violenta, não apenas em seu aspecto social de vulnerabilidade e meio social em que vivem são condicionantes, logo, a rede de relações interpessoais e de amigos desses jovens foi um fator atenuante ao cometimento do ato infracional, tanto o primeiro quanto a reincidência. Logo, fica claro uma falta de políticas

públicas que levem uma vida social ou uma possibilidade de uma realidade diferente para esses jovens que optam por entrar na criminalidade de forma que podemos considerar “sem vontade própria” e sim pela influencia do meio e das relações familiares e interpessoais. A importância da educação para esses jovens é grande, uma vez que observado nas pesquisas os jovens tem uma evasão escolar grande e em um período de idade muito nova, o que diminui as perspectivas e socialização saudável em âmbito escolar que os mostrem uma saída diferente à criminalidade juvenil.

Contudo, através da opinião dos trabalhadores do sistema UNISS e UNIRE, as unidades de internação e o sistema socioeducativo precisa de políticas públicas eficientes que barrem a entrada, e que permitam a ressocialização dos internos e uma articulação das famílias para que dessa forma possam evitar situações de criminalidade e conquistar o que tanto se programam nas unidades de internação. Vale ressaltar a importância de futuras pesquisas com amostras maiores e um acompanhamento de meses dos internos para analisar sua progressão dentro do sistema, além de responder questionamentos que não foram possíveis devido a amostra menor e tempo curto de visitas às unidades socioeducativas, sobretudo a importância de se continuar pesquisas com essa temática e população para assim dar voz e notoriedade à esses jovens socioeducandos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 200 p.
- AMORIM, S. M. F.; PAES, P. D. Adolescentes em conflito com a lei: Fundamentos e práticas da socioeducação. Campo Grande: UFMS, 2012.
- ANA PAULA MOTTA COSTA et al. “Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 2399-2427, 2019.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO SSE- DF 2020-2021. Os anos de pandemia. Brasília: Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF, Secretaria de justiça e cidadania. 2022. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2022/11/ANUARIO-ESTATISTICO-DO-SSE-%E2%80%93DF-ANO-BASE-2020-E-2021-OS-ANOS-DE-PANDEMIA-DE-COVID-19.pdf> .Acesso: 26 de maio 2023.
- ARIÈS, Philippe. **História social da infância e da família**. Tradução de D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978. 234 p.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BODART, C. DAS N.; CIGALES, M. P.. O ensino de sociologia no século XIX: experiências no estado do Amazonas, 1890-1900. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 28, n. 1, p. 123–145, mar. 2021.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BREUNING, Alex Erno et al. **Sociologia do crime e da violência**. Curitiba: Intersaberes, 2018. 229 p.
- CIFALI, Ana Cláudia. As disputas em torno da definição do modelo de justiça juvenil do Estatuto da Criança e do Adolescente. *Sociologias*, [S.L.], v. 23, n. 58, p. 138-167, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-117917>.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- FEDERAL, Governo et al. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal, v. 8, 1990.
- FERRARO, José Luís Schifino. **Durkheim, educação e sociologia**. Educação Por Escrito, 2016.
- FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed., rev. e ampl São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.
- GOFFMAN, Erving. **O estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. [S.L]: Ltc, 1981. 124 p
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Menor infrator**. A caminho de um novo tempo, v. 2, 2000.

GUIDUCCI, Clarice Maria de Medeiros Vargens et al. Infanticídio: o crime em seu estado puerperal. *Jornal Eletrônico das Faculdades Integradas*, v.1, p. 210 – 229, jul. 2017.

ÍNDICE de Ressocialização de Adolescentes infratores, Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Defensoria Pública, 2019. Site G1 globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/08/12/indice-de-ressocializacao-de-adolescentes-infratores-e-de-78percent-em-manaus-diz-defensora-publica.ghhtml>.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2016. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

LINHARES, Juliana Magalhães. *História Social da Infância*. 1. ed. Sobral: INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016.

MACHADO DA SILVA, L. A. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Brasília: Sociedade e Estado, v.19, 2004.

NJAINÉ, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 285-297, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232002000200009>.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade. Trabalho, Educação, Cultura e Participação. “Juventude em busca de novos caminhos”*, Mario Pochamnn.São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2004, pp. 217-240.

NUNES, M. C.; BOSCO, G. P. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE): Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. *Revista Jus Navegandi*, São Paulo, ago. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/51212/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-lei-n-12-594-de-18-de-janeiro-de-2012>>. Acesso em: 26 maio 2023.

PESCAROLO, Joyce Kelly. **Sociologia Urbana e da Violência**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. Curitiba: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 26, n. 4, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000400011>. Acesso em: 10 set. 2022.

ROSA, Pablo Ornelas; JUNIOR, Humberto Ribeiro; CAMPOS, Carmen Hein de; SOUZA, Aknaton Toczec. **Sociologia da violência, do crime e da punição**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

SANTOS, J. C. dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. Instituto de criminologia e política criminal, 2013. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/adolescente-infrator.pdf> Acesso em 08 nov. 2022.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. Sociedade e Estado, v. 19, p. 53-84, 2004.

SILVEIRA, Priscila Francielle Knoop. Ressocialização de menores infratores: uma análise multidisciplinar da aplicação das medidas socioeducativas. *Perspectivas Sociais*, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 212-233, 2020.

VEMSE APRESENTA LEVANTAMENTO INÉDITO DE DADOS SOBRE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO DF, 2019. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/novembro/vemse-apresenta-em-seminario-resultado-de-levantamento-inedito-de-dados-sobre-medidas-socioeducativas-no-df>. Acesso em: 4 set. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevistas

05/06/23, 13:25

Impressões e sentimentos de trabalhadores do sistema socioeducativo

Impressões e sentimentos de trabalhadores do sistema socioeducativo

O presente formulário visa entender as experiências, impressões e sentimentos de trabalhadores atuais e anteriores no sistema socioeducativo e instituições mais antigas, como CAJE.

O presente formulário elucida questões a serem utilizadas no trabalho de conclusão de curso sobre adolescentes socioeducandos, atualmente desenvolvido no departamento de sociologia da UnB, sob a orientação da professora Christiane Machado Coelho. As informações e dados contidos no formulário são confidenciais e não serão compartilhados para nenhum fim além da pesquisa. Seja o mais sincero possível nas respostas, tendo em vista que a pesquisa visa uma contribuição sociológica para a sociedade e segurança pública.

1. Você concorda em participar da pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2. Qual seu gênero?

Marcar apenas uma oval.

- Homem
 Mulher
 Homem transsexual
 Mulher transsexual
 Outro
 Prefiro não declarar

3. Você atua ou atuou no sistema em qual área? exemplo: assistente social, psicólogo, etc

4. Qual sua idade?

5. Qual sistema socioeducativo você trabalhou ou trabalha?

6. Em quais medidas atuou?

Marcar apenas uma oval.

- Semiliberdade
- Meio Aberto/ PSC
- Internação

7. Escolaridade

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior cursando
- Ensino Superior completo
- Pós Graduação incompleta
- Pós Graduação completa

8. Para você o que caracteriza um adolescente que comete um ato infracional? Dê sua resposta de acordo com aspectos que você observava/observa nos jovens

9. Por que os jovens cometem atos infracionais? Marque as afirmativas que você concorda devido à experiência que tem ou teve com os jovens socioeducandos

Marque todas que se aplicam.

- Abandono familiar e necessidade de sobrevivência
- Por más companhias e amigos que já estão na criminalidade
- Nasceu com maldade ou propensão à criminalidade
- Não recebeu amor familiar ou disciplina
- Sofria em casa e se revoltou contra a sociedade
- Falta de Deus ou ensinamentos religiosos
- Falta de oportunidades e condições difíceis de vida
- Outro: _____

10. Se você selecionou a opção "outros" na seção anterior, descreva

11. Você presenciou momentos de violência entre os jovens em cumprimento de medida socioeducativa? Se sim, descreva com detalhes se essas violências eram corriqueiras ou raras, e como ocorriam

12. Você tinha contato direto com os adolescentes?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

13. Como você se sentia trabalhando em contato com adolescentes na unidade? Descreva o máximo possível

14. Para você para que os jovens sejam ressocializados e não cometam mais atos infracionais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não quero declarar

15. Os jovens recebiam ensino educacional na instituição onde você trabalhava?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não quero declarar

16. Os jovens recebiam oficinas culturais na unidade onde você trabalhava?
Exemplo: oficinas de artes, música, artesanato, Etc.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não quero declarar

17. Para você os jovens precisam de aconselhamento religioso?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

18. Na instituição onde você trabalhava os jovens recebiam aconselhamento religioso?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

19. Para você o que é preciso mudar na vida desses jovens para que melhorem suas condições de vida? Descreva o máximo possível

20. Você foi vítima de violência ou situação de risco enquanto trabalha ou trabalhou com os jovens?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

21. Para você os jovens apresentam ou apresentavam uma perspectiva de vida para sair da criminalidade?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não quero declarar

22. Na questão anterior, se sua resposta foi sim, descreva com mais detalhes as perspectivas que você identificava nos jovens

23. Para você, qual seria o papel da policia em relação aos adolescentes?

Marque todas que se aplicam.

- Orienta os jovens
- Cumpre seu papel de tirá-los de circulação
- Não ajuda, nem se preocupa
- A ação policial acaba por inibir o comportamento infrator
- A ação policial contribui para o jovem cometer um ato infracional
- Reprime com violência e não deveria ser dessa forma
- Reprime com violência e deve ser feito dessa forma

24. Você acha difícil dialogar e conversar com o adolescente?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não quero declarar

25. Enquanto você trabalhava ou trabalha com os jovens, quais seus sentimentos?

Marque todas as opções que você se identifica

Marque todas que se aplicam.

- Sentia- me constrangido na sua presença
- Sentia- me com medo ou receio
- Sentia pena
- Sentia raiva
- Sentia vontade de ajudá-lo
- Sentia afeto por ele/ela
- Outro: _____

26. Se você selecionou outro na seção anterior, descreva

27. Para você existem pontos a serem melhorados no sistema socioeducativo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não declarar

28. Se na questão anterior sua resposta foi sim, descreva detalhadamente quais pontos você melhoraria no sistema socioeducativo

29. Você concorda com a redução da maioria penal?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não quero declarar

30. Para você um adolescente em medida socioeducativa é igual a um presidiário?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez
- Não quero declarar

31. Para você um adolescente que comete um ato infracional hediondo deveria estar sujeito a pena de morte?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não quero declarar

32. Para você qual a maior qualidade do sistema socioeducativo para o adolescente? Descreva o máximo possível

33. O que a sociedade pode fazer para reduzir a criminalidade na juventude?
marque todas que você se identificar

Marque todas que se aplicam.

- Proporcionar medidas socio-educativas
 Ter um controle policial mais forte
 Apoiar as famílias
 Votar em políticos que se preocupam com a questão
 Auxiliar em inserções profissionais
 Oferecer orientação religiosa
 Investir em educação
 Outro: _____

34. Se você selecionou outro na seção anterior, descreva

35. Você conhece alguém de notoriedade pública que tem projetos e pautas para a questão dos adolescentes em medida socioeducativa?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

36. Se na questão anterior você respondeu sim, quem seria essa pessoa e qual seria seu projeto?

37. Você teria sugestões para o sistema socioeducativo?

Muito obrigada por contribuir com a pesquisa!

Obrigada por contribuir com a pesquisa, é de suma importância para mudar questões pertinentes de segurança pública e juventude!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice B – Questionário

05/06/23, 13:31

Questionário com adolescentes em medida socioeducativa

Questionário com adolescentes em medida socioeducativa

O presente formulário tem o intuito de coletar as experiências dos jovens em medida socioeducativa, bem como suas expectativas de vida, no sistema, aspirações e qual foram as mudanças no sistema socioeducativo para sua vida.

O presente formulário elucida questões a serem utilizadas no trabalho de conclusão de curso sobre adolescentes socioeducandos, atualmente desenvolvido no departamento de sociologia da UnB, sob a orientação da professora Christiane Machado Coelho. As informações e dados contidos no formulário são confidenciais e não serão compartilhados para nenhum fim além da pesquisa. Seja o mais sincero possível nas respostas, tendo em vista que a pesquisa visa uma contribuição sociológica para a sociedade e segurança pública.

1. Você concorda em participar da pesquisa?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Qual sua idade?

3. Qual sua escolaridade?

4. Você se identifica com qual raça?

Marcar apenas uma oval.

Branco

Preto

Pardo

Outro

5. Você está em qual unidade de internação?

Marcar apenas uma oval.

Unire

Uniss

Histórico Familiar

Compreensão sobre os processos de socialização dos jovens

6. Como era a composição da sua família?

Marcar apenas uma oval.

Mãe e pai

Mãe pais e irmãos

Mãe solo

Pai solo

Familiares que não pais

Tutores legais não familiares

7. Qual a profissão dos pais?

8. Algum parente falecido do seu seio familiar?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não declarar

9. Se a resposta anterior for sim, qual ou quais parentes e o motivo do falecimento.

10. Você tem irmãos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. Se você tem, irmãos quantos moravam com você?

12. Como era sua relação familiar?

13. Algum parente seu apresentava dependência com entorpecentes ou bebidas alcoólicas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Prefiro não declarar

14. Como você descreveria sua infância e suas vivências com seus pais durante o período anterior a internação?

15. Quais suas memórias boas durante a infância e adolescência? e quais as ruins?

16. Você tinha preferência em passar mais tempo em casa ou fora dela?

Marcar apenas uma oval.

- Em casa
 Fora dela

17. Havia muitos conflitos em seu seio familiar? Eram entre você e sua família ou entre seus familiares?
Isso te afetava de alguma forma?

Marque todas que se aplicam.

- Havia muitos conflitos
- Não haviam conflitos
- Os conflitos eram entre meus familiares
- Os conflitos eram comigo e meus familiares

18. Qual era a razão destes conflitos?

19. Você trabalhava antes do período de internação? Qual era este trabalho?

Aspectos de sociabilidade

Perguntas acerca da sociabilidade entre grupos e violenta que o levaram a cometer o ato infracional

20. Você tinha muitos amigos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

21. Como era seu grupo de amigos?

22. Algum ou mais amigos seus cometeram atos infracionais?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não
- Somente um
- Alguns

23. Você acredita que seu grupo de amigos influenciou para que você cometesse atos infracionais?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

24. Se sua resposta na sessão anterior for sim, como se deu essa influência?

25. O que te faz pensar que o levou a cometer um ato infracional? detalhe o máximo possível

26. Você tinha inimigos aqui fora que influenciaram o seu cometimento de atos infracionais?

27. Qual ato infracional você cometeu?

28. Você foi apreendido em flagrante?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Através de investigação

29. Você utilizava entorpecentes, bebidas, cigarro, etc. durante sua adolescência? Isso influenciou no ato infracional cometido por você?

30. Você reincidiu?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Prefiro não declarar

31. Como foi a abordagem policial quando você cometeu o ato infracional? (perguntar somente se tiver sido pego em flagrante.)

Impressões dos jovens sobre o sistema socioeducativo

As perguntas desta seção abordarão os sentimentos do socioeducando, sua rotina, suas aspirações e o que o sistema mudou em sua perspectiva de vida.

32. Como você se sente no sistema socioeducativo? Quais seus sentimentos quando entrou?

33. Quais seus sentimentos após o período de entrada no sistema agora que já esta adaptado?

34. Como você sente que o sistema mudou sua forma de pensar no futuro?

35. Você pretende trabalhar após a saída do sistema? com o que?

36. Você pretende continuar os estudos após o sistema socioeducativo?

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não
- Curso técnico
- Curso de graduação
- Pós graduação

37. Você tem amigos na unidade? como se deu essas amizades?

38. Você participa de oficinas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

39. Quais oficinas você mais gosta?

40. Você se sente estigmatizado pelas pessoas por estar no sistema socioeducativo? De que forma você observa isso? (explicar o sentido de estigma e preconceito quando realizar a pergunta.

41. Como é sua rotina no sistema? explique detalhadamente

42. Você formou grupos no sistema? Como se deu essa formação?

43. Como é sua relação atualmente com os seus pais, irmãos ou tutores legais durante o cumprimento de medida socioeducativa?

44. Você refletiu sobre sua vida durante a medida socioeducativa? O que você pensou durante esse período?

45. O que você pretende fazer no futuro após a saída da unidade de internação?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Anexo A – Autorizações



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

VEMSEDF
VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DISTRITO FEDERAL

Processo SEI 0004957/2023

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a estudante RACHEL DA SILVA SOUSA, graduanda do curso de Sociologia na Universidade de Brasília - UNB, a realizar entrevistas com socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa de Internação Estrita, na Unidade de Internação do Recando das Emas - UNIRE e Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas - UNISS, a fim de subsidiar a elaboração projeto de pesquisa, sob orientação da Prof^a. Christiane Machado Coelho, do Departamento de Sociologia da UNB.

Conforme apresentado no pedido, a pesquisa tem como objetivo geral analisar as trajetórias e os processos de socialização dos adolescentes que estão em medidas socioeducativas nas unidades de internação, visando entender as vivências, processo de socialização e processos de sociabilidade violenta que influenciam os indivíduos e o levam a cometer atos infracionais.

A metodologia utilizada consiste em entrevistas com os socioeducandos, abordando temas referentes às experiências de juventude, contexto familiar, a escolaridade, a raça, gênero e oportunidades pessoais.

As datas das entrevistas deverão ser agendadas previamente com a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo do DF e a pesquisadora se compromete a respeitar, no que couber, as orientações elaboradas pela Seção de Comunicação Institucional da Vara da Infância e da Juventude (anexas).

Ressalvo, ainda, que deverão sempre ser respeitados a voluntariedade dos socioeducandos e profissionais em participar da pesquisa, bem como o disposto no art. 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sobre a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais de crianças e adolescentes, e no art. 143 do já citado diploma legal, sobre a vedação à divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

A presente autorização tem validade de 1 (um) ano, a contar da presente data.

LAVINIA TUPY VIEIRA FONSECA

Juíza de Direito

Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal

VEMSEDF, assinado eletronicamente na data abaixo consignada.



Documento assinado eletronicamente por **Lavinia Tupy Vieira Fonseca, Juiz(a) de Direito**, em 14/02/2023, às 16:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2799413** e o código CRC **669F22B7**.



0004957/2023

2799413v2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO
FEDERAL

Núcleo Gestor Distrital da Escola Nacional de Socioeducação

Autorização - SEJUS/SUBSIS/EDS/NUGEDS

Autorização para Pesquisa Científica no Sistema Socioeducativo do Distrito Federal

Trata-se de Pesquisa do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), sob a responsabilidade da graduanda Raquel da Silva Sousa, registro acadêmico 180027026, orientanda da professora Christiane Machado Coelho.

O estudo objetiva estudar o processo de socialização e as sociabilidades dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. A referida pesquisa tem por finalidade demonstrar os impactos das representações sociais e da criação de estigmas sobre as condições de vida dos adolescentes e jovens. Para tanto, será necessária coleta de dados na Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS) e na Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE).

A pesquisa prevê a participação voluntária de cinco profissionais atuantes nestas unidades socioeducativas, agentes e especialistas. Ademais, a pesquisadora pretende entrevistar socioeducandos, utilizando para isso um roteiro estruturado, cujo teor *“focará em suas experiências de vida antes das medidas socioeducativas, como suas histórias de vida, processos de socialização e de sociabilidade violenta os levaram a cometer atos infracionais e como estas situações podem ser modificadas. O corpo da entrevista também será sobre como se sentem no sistema, suas aspirações, expectativas de futuro e como o sistema mudou sua forma de pensar sobre sua realidade de vida antes da internação socioeducativa”*.

Ante ao exposto, verifica-se que o estudo em tela se adequa aos parâmetros sugeridos por esta Subsecretaria para o deferimento setorial, tendo graduanda apresentado os documentos necessários ao trâmite de pesquisa. Assim, manifesta-se anuência para a realização desse estudo.

A presente autorização segue com cópia à pesquisadora interessada.

Atenciosamente,

Elaine Lima Viana

De acordo,

Paula Ribeiro e Oliveira

Informações Complementares aos Pesquisadores

Caberá aos pesquisadores e às pesquisadoras:

1. Realizar o agendamento da pesquisa junto às unidades socioeducativas por meio de contatos telefônicos ou e-mail disponibilizados pela SUBSIS:

UNISS - Lucianna Melo (Gerente Sociopsicopedagógica) 61 99169-1780 / 2244-1727/
gesp_uniss@sejus.df.gov.br

UNIRE: Liana Albuquerque (Gerente Sociopsicopedagógica) 61 98407-5610 /
liana.albuquerque@sejus.df.gov.br

2. **Contatar a unidade com antecedência mínima de 24h para confirmação da atividade**, ciente de que a unidade poderá, de forma discricionária, solicitar o reagendamento ou suspensão da atividade, conforme necessidades da rotina da instituição;

3. Garantir que todo material coletado seja utilizado somente na pesquisa acadêmica, garantindo o anonimato e o sigilo das informações prestadas;

4. Conhecer e cumprir a legislação de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no que compete à proteção de dados e de imagem. Ressalta-se que é vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua a autoria de ato infracional e, portanto, também é vedada a referência ao nome, apelido, à filiação, ao parentesco, à residência e, inclusive, às iniciais do nome e sobrenome dos adolescentes do sistema socioeducativo. O descumprimento desta vedação implica em infração administrativa (Lei 8.069/90, artigos 143 e 247);

5. Acompanhar e responsabilizar-se pelos efeitos interventivos produzidos no pesquisar e no contato com o público participante da investigação;

6. Observar os princípios éticos envolvidos na pesquisa com seres humanos, com normatização definida pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Constituem pontos fundamentais de tal resolução as seguintes disposições:

- Respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;

- Ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos, e garantindo que danos previsíveis serão evitados;

- Relevância social da investigação, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária.

7. Por fim, recomenda-se aos pesquisadores e pesquisadoras, compromisso ético relacionado à comunicação dos resultados e divulgação dos produtos da pesquisa, para além do contexto acadêmico, tornando o conhecimento produzido acessível, portanto, dirigido aqueles que participaram da investigação como fonte de dados e informação. Dessa forma, sugere-se a devolutiva do estudo para a unidade onde foi realizada a pesquisa e para a SUBSIS pelo endereço eletrônico: nugeds@sejus.df.gov.br / nucleogestoreds@gmail.com



Documento assinado eletronicamente por **ELAINE LIMA VIANA - Matr.0238605-4, Agente Socioeducativa**, em 13/06/2023, às 10:51, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA RIBEIRO E OLIVEIRA - Matr.0240460-5, Diretor(a) da Escola Distrital de Socioeducação**, em 13/06/2023, às 11:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **114972203** código CRC= **E4EDFAEF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Central - Bairro Asa Norte - CEP 70631-900 - DF